

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL**

RAFAELA COSTA AMARAL

**CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: ALGUMAS
REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Maceió/AL

2020

RAFAELA COSTA AMARAL

**CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: ALGUMAS
REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado à
Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edlene Pimentel Santos

Maceió – AL

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANEXO 3

Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

RAFAELA COSTA AMARAL

Aluna concluinte

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 29/09/2020

Título:

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E NEOLIBERALISMO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Conceito: **Aprovada**

Banca Examinadora:

Adlene Pimentel Santos

Professor orientador

Glárisse Maria da Conceição

Examinador 1

Edivânia Francisca de Melo

Examinador 2

Adlene Pimentel Santos

Coordenadora de Trabalho de Conclusão de Curso

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha Mãe, essa pessoa que é meu exemplo de determinação e coragem, que me ensinou o que era a mais-valia, ao seu modo. Aos meus irmãos, que são meu vínculo com as minhas melhores vivências. Ao meu eterno Pai.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Edlene Pimentel, por sua compreensão e paciência para com meu tempo de produção, esclarecendo sempre as minhas dúvidas.

A todos os meus companheiros de sala de aula, centro acadêmico, Residência Universitária Alagoana, grupo de pesquisa e extensão GEPSSAN, estágio na Santa Casa, aos meus amigos alagoanos, pernambucanos e paraenses que contribuíram nessa minha jornada.

A todas as professoras da Faculdade de Serviço Social da UFAL, que me possibilitaram uma visão de mundo mais crítica, entendendo o meu lugar nessa sociedade marcada por tantas desigualdades.

*Quem não se movimenta, não
sente as correntes que o prendem.*

Rosa Luxemburgo

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “Crise estrutural do capital e neoliberalismo: algumas reflexões sobre os impactos nas políticas sociais”, tem por objeto de estudo a crise estrutural do capital e o neoliberalismo como estratégia do capital para contê-la, bem como os impactos gerados sobre as políticas sociais, especialmente no Brasil. A partir de uma abordagem crítico-dialética, buscou-se apreender a relação direta que o capital – como sistema de controle do metabolismo social – estabelece com as políticas sociais, assim como seu processo de expansão e redução. Como procedimento metodológico da pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Na segunda seção, investigou-se sobre o capital, o capitalismo e suas crises, a exemplo das crises cíclicas e estrutural do capital, verificando como elas afetam a estrutura da sociedade moderna. Para apreender seus fundamentos, lançou-se mão das formulações teóricas de Karl Marx, István Mészáros, Leo Hurberman, Maria Cristina Soares Paniago, Edlene Pimentel e Milena Santos. Já na terceira seção, o propósito foi expor o debate acerca do neoliberalismo, utilizado como estratégia do capital para minimizar os efeitos da crise estrutural do capital, e os impactos sobre as políticas sociais, em especial na realidade brasileira. Os autores utilizados para as reflexões foram: Karl Marx, István Mészáros, Friedrich Engels, Perry Anderson, Ricardo Antunes, Raul de Carvalho, Marilda Iamamoto, Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Marcelo Braz, Sergio Lessa, Paulo Netto, Edvânia Melo, Marcelo Melo, Laura Tavares Soares e o documento do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Esses autores conferiram uma visão mais ampla do objeto investigado, permitindo uma reflexão mais aprofundada sobre a raiz dos problemas causados pelo sistema do capital em tempos de crise estrutural.

Palavras-Chave: Capital; Capitalismo; Crise estrutural; Neoliberalismo e Políticas Sociais.

ABSTRACT

This monograph, entitled “Structural crisis of capital and neoliberalism: some reflections on the impacts on social policies”, has as its object of study the structural crisis of capital and neoliberalism as a strategy of capital to contain the crisis, as well as the impacts generated on social policies, especially in Brazil. From a critical-dialectic approach, we sought to apprehend the direct relationship that capital - as a system of control of social metabolism - establishes with social policies, as well as its process of expansion and reduction. As a methodological research procedure, bibliographic and documentary research was used. In the second section, we investigated capital, capitalism and its crises, like the cyclical and structural crises of capital, verifying how they affect the structure of today's society. The theoretical formulations of Karl Marx, István Mészáros, Leo Hurberman, Maria Cristina Soares Paniago, Edlene Pimentel and Milena Santos were used to apprehend their fundamentals. In the third section, the purpose was to expose the debate about neoliberalism, used as a strategy of capital to minimize the effects of the structural crisis of capital, and the impacts on social policies, especially in the Brazilian reality. The authors used for the reflections were: Karl Marx, István Mészáros, Friedrich Engels, Perry Anderson, Ricardo Antunes, Raul de Carvalho, Marilda Iamamoto, Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Marcelo Braz, Sergio Lessa, Paulo Netto, Edvânia Melo, Marcelo Melo, Laura Tavares Soares and the document from the Ministry of Federal Administration and State Reform (MARE). These authors gave a broader view of the object investigated, allowing a more in-depth reflection on the root of the problems caused by the capital system in times of structural crisis.

Key words: Capital; Capitalism; Structural crisis; Neoliberalism and Social Policies.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | O CAPITAL E A SUA IRREFREÁVEL BUSCA POR ACUMULAÇÃO | 12 |
| | 2.1 A Distinção entre Capital e Capitalismo..... | 12 |
| | 2.2 As Crises Cíclicas do Capital..... | 20 |
| | 2.3 A Crise Estrutural do Capital | 23 |
| 3 | A ESTRATÉGIA NEOLIBERAL: UMA SAÍDA PARA OS EFEITOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL | 29 |
| | 3.1 A Origem do Neoliberalismo | 29 |
| | 3.2 A Trajetória Neoliberal no Brasil | 35 |
| | 3.3 Os Impactos do Neoliberalismo nas Políticas Sociais | 42 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 62 |
| 5 | REFERÊNCIAS..... | 68 |

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca desvelar como se dá a crise estrutural do capital nos dias atuais e seus impactos na vida social. Buscamos apreender o neoliberalismo como estratégia utilizada pelo capital para enfrentar a crise estrutural e os impactos gerados nas políticas sociais, especialmente no Brasil.

O interesse pela temática partiu da necessidade de aprofundar nossos conhecimentos e buscar respostas às dúvidas e inquietações que surgiram no decorrer da nossa graduação. O que é realmente o sistema do capital? Qual a diferença entre capital e capitalismo? Em que consiste a crise estrutural do capital? O que é o neoliberalismo e qual sua vinculação com as políticas sociais? Como esse fenômeno se manifesta no Brasil?

Para responder às citadas questões, iniciamos pelo desenvolvimento histórico do sistema do capital, partindo de sua gênese histórica e como este passou de subordinado aos modos de produções anteriores, para uma dominação em escala global, procurando entender sua posição na sociedade e como encontrou, no interior do capitalismo, o solo fértil para se desenvolver. Além dessas reflexões, nosso objetivo é apreender a diferença existente entre capital e capitalismo, e qual a relação entre eles e seus efeitos na sociedade. Ao entendermos essa distinção, buscamos investigar a função de ambos nesta sociedade e por que eles são as causas fundamentais geradoras da desigualdade social. Assim, no decorrer da nossa pesquisa, desvelaremos as características fundamentais do modo de produção capitalista e sua vinculação com o sistema do capital.

Em seguida, buscaremos entender as crises cíclicas do capital e seu agravamento, até chegar ao seu limite, denominado de crise estrutural, na qual o capital exauriu sua capacidade de postergar seus problemas estruturais. Ao abordar essa categoria, o objetivo é entender o porquê desse limite e como a crise estrutural do capital, com seu caráter universal, impacta na sociedade, afetando desde a base econômica até as relações sociais.

O capital busca como saída para a sua crise estrutural o resgate das teorias liberais, a partir de um conjunto de novas ideias: o denominado neoliberalismo. Ao tratar sobre esta nova solução encontrada pelo capital, nosso objetivo é demonstrar como esta teoria se tornou desastrosa para o trabalhador, já que mais uma vez a

obrigação de arcar com os dividendos sobra para os que não possuem os meios de produção. Por essa razão, buscamos recuperar a gênese histórica do neoliberalismo e suas expressões (não só nos países centrais), mas apreender como se deu sua implementação no Brasil. Abordaremos, ainda, como este ideário neoliberal afeta diretamente as políticas sociais, quando então faremos um regaste da origem das políticas sociais e seus efeitos sobre os trabalhadores.

Para realizar este estudo, nossa investigação se fundamentou numa pesquisa bibliográfica com autores clássicos e alguns interlocutores, a exemplo de Karl Marx, István Mészáros, Perry Anderson e Paulo Netto, entre outros, além da pesquisa documental.

Nosso objetivo é entender as raízes dos males sociais que resultam na implementação e no desenvolvimento das políticas sociais. Não nos ativemos a recortes dos problemas, sem apreender a verdadeira essência de tais males.

Pois, afinal, o que faz essa ciência social burguesa senão atribuir os males sociais ora à falta de recursos, a falhas administrativas, à falta de vontade política, à insensibilidade do governo e/ou das classes dominantes, à indolência dos próprios pobres, à falta de educação, a políticas sociais equivocadas, à falta de assistência. Enfim, nenhuma novidade decisiva em relação a 400 anos atrás. (MARX *apud* TONET, 2010, p. 14).

Assim, tentamos fugir de qualquer análise de uma ciência social burguesa que fica presa à aparência dos fenômenos e não busca a causalidade dos problemas sociais e que, por séculos, fica presa nesse círculo vicioso.

Daí resulta a importância de apreender com esse processo de investigação essas categorias para fundamentar a nossa futura atuação como profissional, não nos limitando a uma mera apreensão da aparência dos fenômenos. O problema estudado vai muito além da competente administração ou boa vontade política, já que estamos presos a um sistema que usurpa do trabalhador o fruto de seu trabalho e o mantém nas mãos de poucos.

Como o Serviço Social é uma profissão que trabalha diretamente com a execução das políticas sociais, este estudo ganha relevância social na medida em que busca apreender as raízes materiais desse fenômeno. Nossa expectativa é que este estudo propicie o debate no interior da categoria profissional e sirva para instrumentalizar teoricamente nossa ação profissional no sentido de apreender o real a partir da sua gênese histórica e como ele se expressa.

2 O CAPITAL E A SUA IRREFREÁVEL BUSCA POR ACUMULAÇÃO

Nesta seção, abordaremos o processo de desenvolvimento e dominação do capital, a partir do complexo movimento adquirido pela apropriação do produto do trabalho do homem, que em um determinado momento substitui o valor de uso pelo valor de troca. Nesse momento o capital começa a desenvolver todas as suas potencialidades com vistas a seu processo de expansão e acumulação. A cada barreira encontrada, o capital a ultrapassa, não importando as consequências ou desumanidades advindas da sua própria natureza, incluindo ameaça a própria vida humana.

Além da busca por acumulação, o capital traz consigo as contradições internas, que provocaram as tão conhecidas crises do sistema capitalista: as denominadas crises cíclicas e, na atualidade, a crise estrutural do capital, segundo István Mészáros. Inicialmente, veremos qual a distinção entre capital e capitalismo.

2.1 A Distinção entre Capital e Capitalismo

O capital não pode ser visto como algo pronto e acabado, ou que surgiu milagrosamente do acaso. O capital como conhecemos hoje, sistema de controle do metabolismo social, necessitou de um longo e lento processo histórico de constituição, ultrapassando todas as barreiras impostas ao seu crescimento, para culminar na forma capitalista do capital.

Compreender essa dialética objetiva do histórico e transistórico implica também, de acordo com a análise de Mészáros, conceber o processo de constituição da forma capitalista do capital como resultado de um longo processo acumulativo, não uniforme, de suas “formas de dominação historicamente precedentes”. (PANIAGO, 2012, p. 23, grifos do autor).

Logo, podemos perceber que existiram outras formas de capital anteriores à forma capitalista, já que “cada um dos momentos do capital se apresenta de forma variada, de acordo com as características das fases que marcam sua origem” (PANIAGO, 2012, p. 21). Mészáros (2000) deixa claro que não devemos pensar a constituição do capital a partir do nada ou do simples acaso, porquanto sua composição é originária de componentes encontrados no passado “[...] e em

antítese ao desenvolvimento existente da produção e das relações de propriedades herdadas” (MÉSZÁROS, 2000, p. 7).

Mészáros (2000) expõe que os elementos constitutivos do capital já existiam há milhares de anos. Nesta investigação, devemos entender o que é o capital tanto no passado como no presente. Segundo Mészáros (2011), Marx afirma que esses dois contextos são de suma importância para apreender o movimento da complexa máquina do capital. O autor observa que “[...] tanto *os antecedentes como a forma plenamente desenvolvida* de produção do capital oferecem uma visão do tempo histórico que é tão *aberta* na direção do futuro quanto na do *passado*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 704, itálicos do autor).

Os elementos constitutivos do sistema do capital (como o capital monetário e mercantil, bem como a originária e esporádica produção de mercadorias) remontam a milhares de anos na história. Entretanto, durante a maioria desses milhares de anos, eles permaneceram como partes subordinadas de sistemas específicos de controle do metabolismo social que prevaleceram historicamente em seu tempo, incluindo os modos de produção e distribuição escravista e feudal. (MÉSZÁROS, 2000, p. 7).

Portanto, o princípio do capital acha-se ligado à subordinação desses tais sistemas específicos de controle. Mészáros (2000) expõe que no início, o capital era submisso ao valor de uso e visto como uma forma antinatural de controle de riquezas. Além disso, a Igreja execrava a usura e a alienabilidade da terra, elementos que impediam o pleno desenvolvimento do capital. “Em grande parte graças à sua incontrolabilidade, o capital conseguiu superar todas as desvantagens que se opuseram a ele” (MÉSZÁROS, 2011, p. 101). Depois de alguns séculos, o capital consolidou a sua dominação; é exatamente no capitalismo burguês que ele desenvolverá toda a sua potência metabólica.

Antes da análise da forma do capital simbolizado na forma do dinheiro, voltemos às formas arcaicas do capital. Paniago (2012) identifica o capital com aspectos mais primitivos e transitórios, designados como capital usurário e capital comercial.

No capital comercial, os extremos, o dinheiro lançado no mercado e o dinheiro aumentado que é retirado do mercado, são ao menos mediados por compra e venda pelo movimento de circulação. No capital usurário, a forma $D - M - D'$ é reduzida aos extremos não mediados $D - D'$, dinheiro que se troca por mais dinheiro [...]. (MARX, 1996, p. 283).

As formas precedentes do capital atenderam a um determinado objetivo específico de sua época, objetivos esses que não serão analisados no presente

estudo. Ressalta-se apenas que eles contribuíram para a constituição da forma capitalista do capital.

O desenvolvimento do capital tem um ponto de partida num determinado momento histórico: “A circulação de mercadoria é o ponto de partida do capital. Produção de mercadoria e circulação desenvolvida de mercadoria, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge” (MARX, 1996, p. 267). O capital só se desenvolveu a partir da circulação de mercadoria com valor de troca e não como valor de uso.

Assim, “para desenvolver o conceito de capital, é necessário partir não do trabalho, mas do valor e, de fato, do valor de troca já desenvolvido no movimento da circulação” (MARX, 2011, p. 200). Nessa circulação de mercadorias em primeiro momento para valores de uso, mais tarde serão atribuídos a essas mercadorias os valores de troca.

Nesse momento, um novo componente vai ser agregado à circulação de mercadorias, sendo utilizado como valor de troca: “Esse produto último da circulação de mercadorias é a primeira forma de aparição do capital” (MARX, 1996, p. 267), ou seja, o dinheiro é a primeira forma do capital. Logo, o dinheiro é a representação da mercadoria e ele nada valeria se seu fundamento não fosse a produção de mercadorias.

Desse modo, “o cristal monetário é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são, de fato, igualados entre si e, portanto, convertidos em mercadorias” (MARX, 1996, p. 211). Portanto, o dinheiro é a necessidade da mercadoria na esfera da circulação, [...] “dinheiro que deve transformar-se por meio de determinados processos” (MARX, 1996, p. 267).

Esse elemento adicionado à circulação que representa a mercadoria apresenta uma diferença, que ocorrerá na esfera da circulação. No entender de Marx, existem duas formas de circulação do dinheiro:

A forma direta de circulação de mercadorias é $M - D - M$, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma $D - M - D$, transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. (Marx, 1996, p. 267-8).

Marx (1996) apresenta duas formas de circulação do dinheiro, mas apenas uma será capital. O que diferencia essas duas formas de circulação de dinheiro,

além da ordem dos objetos, dinheiro e mercadoria, é a sua circulação: uma satisfará os anseios daquele indivíduo, valor de uso, enquanto a outra forma será a valorização do valor, valor de troca. Reiterando: a forma do dinheiro (M – D – M) começa e tem seu ciclo totalmente encerrado na compra de uma mercadoria que será utilizada como valor de uso sem possibilidades de excedente, diferente da forma D – M – D, pois esta sempre terá um acréscimo em sua volta.

De acordo com Marx:

Na circulação M – D – M, o dinheiro é finalmente transformado em mercadoria que seria de valor de uso. O dinheiro está, pois, definitivamente gasto. Na forma inversa, D – M – D, o comprador gasta dinheiro para, como vendedor, receber dinheiro. Com a compra, ele lança dinheiro na circulação, para retirá-lo dela novamente pela venda da mesma mercadoria. (Marx, 1996, p. 269).

Como enfatiza Marx, há duas fórmulas de circulação do dinheiro, porém apenas uma será qualificada como capital e exercerá sua dominação e expansão no processo da produção, circulação e consumo. “A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso, o movimento do capital é insaciável” (MARX, 1996, p. 272). Esta valorização do valor ocorre com a chamada mais-valia¹ ou excedente; esse excedente não ocorre por conta da esfera da circulação, no entanto necessita dela para ser efetivada.

No capital comercial autêntico, a forma D – M – D, comprar para revender mais caro, aparece na maior pureza. Por outro lado, todo seu movimento ocorre dentro da esfera da circulação. Mas já que é impossível explicar por meio da própria circulação a transformação do dinheiro em capital, a formação da mais-valia, o capital parece impossível na medida em que se permutam equivalentes. (MARX, 1996, p. 282).

Marx constata que é impossível que a expansão do capital, ao realizar o ciclo do dinheiro capital, ocorra apenas na circulação. Isso porque, “no final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo” (MARX, 1996, p. 271). Assim, o processo da mais-valia não ocorre com o simples movimento de aumento

¹ A mais-valia é quando um trabalhador produz além de seu valor de sua força de trabalho e este mais-trabalho é apropriado pelo capitalista, no entanto há desdobramentos dessa mais-valia intitulados de absoluta e relativa. A primeira é o prolongamento das jornadas de trabalho, já a segunda ocorre quando o capitalista é condicionado por leis a seguir o limite de jornadas de trabalho, a exemplo das oito horas de trabalho. Nessas oito horas de trabalho ele precisa retirar seu lucro; cria então artimanhas como o barateamento do custo de vida de um trabalhador. Além disso, novas tecnologias são incorporadas para se produzir muito mais em pouco tempo.

do valor do produto. Esse processo de extração da mais-valia do ciclo D – M – D é o responsável pela transformação do dinheiro em capital.

Marx argumenta que:

Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valia (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-a em capital. (MARX, 1996, p. 271).

Em vista disso, o movimento da retirada da mais-valia necessita da esfera da circulação, no entanto não é só nessa esfera que o excedente acontece. Observamos que a mais-valia não ocorre apenas na circulação; outro fator deve ser agregado para que se dê a multiplicação do capital, e a explicação do crescimento do capital se encontra na produção. Segundo Marx, para o dinheiro transformar-se em capital, o capitalista deve encontrar no mercado uma mercadoria peculiar, a qual vai gerar a mais-valia.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho. (MARX, 1996, p. 287).

Para Marx, o elemento que dá vida ao capital, a força de trabalho, é o responsável tanto pela produção como em outro momento pelo consumo desta produção, tornando assim o trabalhador a chave principal do capital. Portanto, a origem do capital não ocorreu no capitalismo; sua história encontra-se diluída ao longo dos modos de produções anteriores, contudo o capital permaneceu com “sua natureza mais profunda” (PANIAGO, 2012, p. 22).

Para apreender a essência do capital, Marx desvenda esta categoria e demonstra que capital não é apenas algo material, como dinheiro, máquina ou pessoas; ele vai além de sua aparência refletida em dinheiro e meios de produção.

Netto e Braz afirmam que

o capital não é uma coisa ou um conjunto de objetos – ele só existe na medida em que subordina a força de trabalho; de fato, o capital, mesmo que se expresse através de coisas (dinheiro, objetos, mercadorias etc.), é sempre uma *relação social*. (BRAZ; NETTO, 2011, p. 111, grifos do autor).

O capital se expressa em coisas, mas essas coisas não assumem a função de capital, pois necessitam da relação entre homens; “[...] o capital não é uma coisa,

mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas” (MARX, 1996, p. 384).

O capital é relação social, relação de exploração dos operários pelos capitalistas. As coisas – instalações, máquinas, matérias-primas etc. – constituem a encarnação física do trabalho acumulado para servir de capital, na relação entre o proprietário dessas coisas e os operários contratados para usá-las de maneira produtiva. (MARX, 1996, p. 34).

O capital no capitalismo necessitou e necessita da completa separação do trabalhador das ferramentas, tornando assim a submissão do trabalho vivo a este modo de controle, imprescindível ao capital. O ciclo do capital vai requisitar seus executores, e “como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro” (MARX, 1996, p. 173).

Nestes termos: “O capitalista é o dono dos meios de produção – edifícios, máquinas, matérias-primas etc. –; compra a força de trabalho. É da associação dessas duas coisas que decorre a produção capitalista” (HUBERMAN, 1985, p. 168). No entanto, para se chegar a essa fase industrial do capitalismo, ele necessitou acumular capital na sua etapa do capitalismo comercial, em que nem sempre apenas o comércio com o ciclo do dinheiro D – M – D foi responsável por este acúmulo.

Antes da idade capitalista, o capital era acumulado principalmente através do comércio – termo elástico, significando não apenas a troca de mercadorias, mas incluindo também conquista, pirataria, saque, exploração. (HUBERMAN, 1985, p. 169).

Assim, podemos inferir que a consolidação do modo de produção capitalista se utilizou de processos bastante duvidosos em sua construção. A produção capitalista tem seu início ainda no feudalismo; não existe uma cisão exata na história entre os modos de produção feudal e capitalista; o capitalismo é gestado no feudalismo e “[...] cada elemento posto é ao mesmo tempo pressuposto” (MÉSZÁROS, 2000, p. 7).

Marx (1996) afirma que a riqueza das sociedades capitalistas aparece como uma grande coleção de mercadorias. Assim, podemos observar que o capitalismo necessitou de um alto grau de desenvolvimento e da circulação de mercadorias para se consolidar como modo de produção. Nos modos de produção escravista e feudal

já existia o ciclo de mercadoria, porém nenhum deles se fundamentava na produção de mercadorias.

Todavia, nem o escravismo nem o feudalismo podem ser considerados modo de produção de mercadorias; rigorosamente, apenas o modo de produção capitalista caracteriza-se como um modo de produção de mercadorias. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 93).

Vimos que existiram fatores para ao quais os outros modos de produção não alcançaram o desenvolvimento, como ocorreu com o capitalismo burguês. Netto e Braz (2012) asseveram que, para o desenvolvimento da mercadoria, faz-se necessária a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. Tais elementos encontram-se desde a origem da produção de mercadorias, mesmo que de forma pouco desenvolvida.

Para chegarmos à era do modo de produção de mercadorias, além do progresso da produção de mercadorias com os fatores já citados, a submissão do trabalho vivo é responsável pela criação do capitalista.

Desse modo:

Os ganhos (lucros) do capitalista, diferentemente dos ganhos dos comerciantes, não provêm da circulação: sua origem está na exploração do trabalho e reside no interior do processo de produção de mercadoria, que é controlado pelo capitalista. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 96).

Sobre o capitalismo, Mézáros elenca suas principais características:

Capitalismo é aquela particular fase da produção de capital na qual:

1. a *produção para troca* (e assim a mediação e dominação do valor de uso pelo valor de troca) é *dominante*;
2. a *força de trabalho* em si, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como *mercadoria*;
3. a *motivação de lucro* é a força reguladora fundamental da produção;
4. o mecanismo vital de *extração da mais-valia*, a separação radical entre meios de produção e produtores assume uma *forma inerentemente econômica*;
5. a *mais-valia economicamente extraída* é *apropriada privadamente* pelos membros da classe capitalista; e
6. de acordo com seus *imperativos econômicos* de crescimento e expansão, a produção do capital tende à *integração global*, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica. (MÉSZÁROS, 2011, p. 1.029, grifos do autor).

Portanto, o capitalismo é apenas a fase da produção do capital. No entanto, capital e capitalismo são formas distintas, mesmo que em alguns momentos possam ser confundidas. Quando refletirmos sobre essas duas categorias, o capitalismo tem aparência mais palpável e concreta, pois podemos verificar, a partir do senso

comum, como ele se se expressa no nosso cotidiano; já o capital tem uma essência misteriosa, como um ser que exerce um “poder soberano” sobre nós. No entanto, essa ideia deve ser combatida.

Essa ideia do “poder soberano” do capital não deve deixar margem para interpretações de que o capital paira acima dos homens como sujeitos históricos. Mészáros, frequentemente, reafirma que o próprio capital é um produto das relações histórico-sociais produzidas pelos próprios homens. (PIMENTEL, 2012, p. 48).

Portanto, devemos desvelar essas categorias, tornando-as mais compreensíveis. Só combatemos de uma forma eficaz nosso inimigo quando o conhecemos. Entender essas duas categorias para apreender sua essência é uma tarefa árdua e complicada. No entanto, grandes nomes se ocuparam com isso. Marx buscou desvendar a gênese histórica do capital e do capitalismo; Mészáros deu seguimento a essa investigação em *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*, trazendo o capitalismo para os dias atuais.

Importante ressaltar que aparentemente o capitalismo tem um domínio sobre o capital, que o capitalista consegue controlar o capital. Entretanto, Marx e Mészáros refutam qualquer argumento sobre essa dominação, pois quem dá origem ao capitalismo é o capital, e “sem o capital o capitalista não é nada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 718). Como vimos, o capital aparece em sociedades pré-capitalistas e pós-capitalistas² com sua essência preservada. O objetivo do capitalismo é o lucro, já o do capital é a expansão.

“É esse conceito de relação social que permite Mészáros fazer a distinção entre capital e capitalismo” (SANTOS, 2016, p. 53). Em síntese, podemos verificar que o conceito de capital é muito mais relevante que o capitalismo.

Na verdade,

[...] o conceito de capital é muito mais fundamental que o de capitalismo. O último está limitado a um período histórico relativamente curto, enquanto o primeiro abarca bastante mais que isso: ocupa-se, além do modo de funcionamento da sociedade capitalista, das condições de origem e desenvolvimento da produção do capital, incluindo as fases em que a

² Segundo Mészáros (2011), as sociedades pós-capitalistas formam um determinado tipo de organização de sociedade oposta ao capitalismo, enquanto diversos países buscavam uma solução para sair da crise capitalista, desde as mais liberais até o fascismo. Alguns países buscaram nas ideias socialistas uma solução. Assim como existem elementos que descrevem o que é o capitalismo, o mesmo acontece com as sociedades pós-capitalistas. Já as sociedades capitalistas se fundamentam da seguinte maneira: capitalista, trabalhador, capital e Estado. Nas sociedades pós-capitalistas, a figura do capitalista não existe e a regulação do trabalho excedente fica a cargo dos burocratas do Estado, fazendo assim que o capital persevere com sua expansão em detrimento dos trabalhadores.

produção de mercadorias não é abrangente e dominante como no capitalismo. (MÉSZÁROS, 2011, p. 1.029).

Ao fundamentar essa distinção entre capital e capitalismo, não podemos deixar de salientar que sua base de sustentação está na contradição capital/trabalho. Essa contradição dará origem a várias crises ao longo de sua trajetória histórica. Desde sua origem, perturbações ocorreram no processo de dominação do capital no capitalismo, abalos estes que podem acontecer na esfera da produção e da circulação e que podem ser revertidos – são as chamadas crises cíclicas. Com o aprofundamento da dominação do capital, estas crises cíclicas foram tomando proporções incontroláveis e uma nova crise foi identificada por Mézáros a partir de 1970 – a denominada crise estrutural do capital, que veremos a seguir.

2.2 As Crises Cíclicas do Capital

Netto e Braz (2012) salientam que a história do capitalismo regido pelo sistema do capital é uma história de sucessão de crises ao longo dos séculos. No primeiro século do capitalismo, ele já demonstrou sua instabilidade com diversas crises, que arruinaram principalmente os trabalhadores e os mais pobres da sociedade. No início, as crises eram locais e ficavam restritas à Inglaterra, porém a partir de 1847 essas crises ganharam dimensão global. Para os referidos autores, a crise mais grave do século XIX ocorreu em 1873; no século XX, a crise de 1929 teve consequências catastróficas.

Esses autores destacam que após a Segunda Guerra Mundial foram criados organismos para minimizar os impactos das futuras crises econômicas, atribuindo ao Estado um novo papel em face dessas crises. O capitalismo nos séculos XX e XXI continuou sofrendo crises econômicas, alternando entre prosperidade, depressão e recessão. Contar a história do capitalismo é narrar as suas crises econômicas. Para eles, as crises no capitalismo não são acidentais, mas fazem parte do modo de produção vigente.

No entanto, Netto e Braz deixam explícito que não podemos naturalizar as crises econômicas, como alguns autores burgueses, afirmando que elas são imprevisíveis e que os impactos na classe trabalhadora são inevitáveis. As crises econômicas pertencem a este modo de produção capitalista; num modo de

produção em que o bem-estar coletivo seja prioridade seria diferente, daí por que “as crises são inevitáveis sob o capitalismo; mas é perfeitamente possível e viável uma organização da economia estruturalmente diferente da organização capitalista, capaz de suprimir as causas das crises” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 170).

Não ignoramos que em outras organizações da sociedade como a pré-capitalista houve crises, mas tais crises eram bem diferentes das crises no modo de produção capitalista. Nas sociedades pré-capitalistas, as perturbações que aconteciam na economia deviam-se a desastres naturais ou catástrofes sociais, resultando em desabastecimento de mercadorias. Tratava-se de “uma insuficiência na produção de valores de uso e, por isso, podem ser designadas como crises de subprodução de valores” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 170).

Já as crises capitalistas derivam da superprodução de bens, que não encontram escoamento, levando a produção a travar e gerando as crises cíclicas; e mais adiante, a crise estrutural do capital. Contudo, existe uma sequência no ciclo das crises cíclicas, composta por “crise, depressão, retomada e auge (*boom*)”. Em cada fase desse ciclo, a crise desempenhará um papel importante na produção de mercadorias: “A crise pode ser detonada por um incidente econômico ou político qualquer” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 172).

Conforme Netto e Braz, as crises têm um princípio em determinado fato que as provoca: a produção de bens se reduz, as mercadorias não têm escoamento, os produtos são desvalorizados, os salários, reduzidos, há quebra de empresas e demissões em massa, o que resulta no desemprego e na pauperização dos trabalhadores. Com o advento das crises, os ciclos econômicos ocorriam aproximadamente entre oito e 12 anos, contudo depois da Segunda Guerra Mundial esses intervalos de tempo diminuíram.

A depressão é a nova etapa do ciclo; a economia permanece estagnada, com desemprego em alta, produção de bens sem consumo, destruição de mercadoria. Da mesma forma que na fase anterior, as empresas que sobreviveram começam a procurar soluções tecnológicas para a crise. Um novo passo é dado: a retomada (ou a reanimação), ao incorporar novas tecnologias; o comércio começa a ter um novo fôlego; a produção se refaz e o desemprego diminui.

No auge (*boom*) da crise, a concorrência leva os representantes do capital a investirem cada vez mais na produção, provocando um crescimento

desproporcional. Mais produtos são lançados em circulação e o mercado não os absorve, “até que um detonador qualquer evidencia de repente que o mercado está abarrotado de mercadorias que não se vendem, os preços caem e sobrevém nova crise – e todo o ciclo recomeça” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 173).

Esses autores observam ainda que não existe uma única causa para as crises; elas são o resultado da própria contradição do modo de produção capitalista. Ao acompanhar a repetição dos ciclos econômicos, estudiosos poderão verificar as causas mais recorrentes das crises, a saber: a anarquia da produção, a queda da taxa de lucro e o subconsumo das massas trabalhadoras. Reiteramos que essas não são as únicas causas.

As crises são funcionais ao modo de produção capitalista; elas

[...] constituem os mecanismos mediante os quais o MPC *restaura*, sempre em níveis mais complexos e instáveis, as condições necessárias à sua continuidade. Por isso mesmo, as crises – por mais brutais que sejam os seus efeitos e por mais graves que sejam as suas consequências – não têm o dom de conduzir o MPC ao colapso ou a faculdade de destruí-lo; deixadas à sua lógica, das crises capitalistas só resulta o próprio capitalismo. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 175, grifo do autor).

Portanto, as crises capitalistas são funcionais ao sistema para restabelecer o seu funcionamento. “Estas crises não interessam a nenhum dos sujeitos sociais em presença na sociedade burguesa – nem aos capitalistas, nem aos trabalhadores” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 176), pelo fato de eles serem atingidos de alguma maneira, ainda que em graus distintos. Cada classe paga pela crise de uma forma diferente, sendo atribuída a carga máxima aos trabalhadores.

O capital fundamenta-se em diversas contradições, assim como o próprio capitalismo. No entanto, a contradição fundamental é “a contradição entre a *produção socializada* e a *apropriação privada*” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 177). O capitalismo fragmenta sua produção em níveis inimagináveis; isso não acontece com a mercadoria ou com o lucro gerado por essa produção, porque estão condicionados às personificações do capital³ que nada produzem.

³ Marx (1996) observa que a pessoa que detém o movimento da valorização do valor é um capitalista ou o capital personificado. Mészáros (2011) aprofunda o debate acerca desta categoria. Ele destaca que o capital é “um sistema de controle sem sujeito” (MÉSZÁROS, 2011, p. 125) e que os imperativos objetivos do capital sempre prevalecerão aos desejos subjetivos. Mesmo que esta personificação detenha uma ação de empresas ou um conglomerado de empresas internacional, estes sempre atenderão ao impulso do capital. “É por isso que as pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura do capital – sejam eles capitalistas privados ou burocratas do partido – só podem ser consideradas “personificação do capital”, independentemente do seu maior ou menor entusiasmo,

Ao longo dos anos, o modo de produção capitalista passou por diversas crises, até então classificadas como cíclicas. O capital conseguia movimentar sua maquinaria de deslocamento de crise de diversas maneiras, no entanto, as contradições foram se acentuando e o capital foi conduzido a um beco sem saída. Chegou-se então à crise estrutural do capital.

2.3 A Crise Estrutural do Capital

As crises são inerentes ao capital, porém com o agravamento das suas contradições ao longo da história, a partir da década de 1970 eclodiu a chamada por Mészáros de crise estrutural do capital. Seus efeitos são perceptíveis, basta observar, em termos mundiais, a economia dos países desenvolvidos com crescimento anual mínimo ou estagnado, os fluxos imigratórios, a degradação ambiental elevada a um nível extremo, as relações diplomáticas conturbadas de diversos países, a violência exacerbada, o processo de desumanização etc.

A crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural. Assim, não há nada especial em associar-se o capital à crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. (MÉSZÁROS, 2011, p. 795).

Como já aludido anteriormente, as crises são um movimento natural e necessário, desde as crises cíclicas até a atual crise estrutural. Mészáros (2011) situa a crise estrutural como uma novidade num contexto histórico que implica “acontecimentos sociais, econômicos e políticos do século XX” (MÉSZÁROS, 2011, p. 796). Ao longo desses cem anos, o capital experimentou seu ápice e declínio, com diversos fatos históricos, como: duas guerras mundiais, a crise de 1929, o início e fim do Estado de Bem-Estar Social, conflitos de gerações, liberação das mulheres, o domínio dos Estados Unidos, o desenvolvimento do complexo industrial-militar, entre outros fatos que tiveram aspectos determinantes na expansão do capital.

Segundo Mészáros (2011), diferentemente das crises cíclicas, a crise estrutural do capital apresenta componentes novos, que vão impactar a sociedade de uma maneira distinta. O citado autor alega que o marco histórico desta crise

como indivíduos particulares, ao pôr em execução os ditames do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 126). Mészáros conclui que as personificações do capital que são controladas e não controladoras.

estrutural do capital se situa em 1970, porém ela já vinha sendo gestada havia alguns anos e foi nesse momento que este modo de produção começou a dar sinais de saturação. A ascensão do capitalismo chegou ao seu limite, dando assim início à decadência global.

Mészáros menciona quatro aspectos novos para esta crise estrutural:

- (1) *seu caráter é universal*, em lugar restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividades etc.);
- (2) *seu alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as crises no passado);
- (3) *sua escala de tempo é extensa*, continua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclicas, como foram todas as crises anteriores do capital;
- (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (MÉSZÁROS, 2011, p. 796, grifos do autor).

A crise estrutural estende seus tentáculos muito mais profundamente do que as crises anteriores, perpassando por setores da “produção, consumo e circulação/distribuição/realização” (MÉSZÁROS, 2011, p 798). Como o capital tem uma tendência natural de expansão, logo suas crises atingem o mundo. Entretanto, há várias diferenças fundamentais entre as crises cíclicas e a crise estrutural, como visto acima.

Uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. (MÉSZÁROS, 2011, p. 796).

Enquanto a crise cíclica fica restrita a um lugar específico, a crise estrutural é mundial. As crises cíclicas apresentam perturbações explosivas; já a crise estrutural é “rastejante”. As crises cíclicas não representam um risco eminente ao capital, sendo funcionais ao sistema; já a crise estrutural “põe em questão a própria existência do complexo global envolvido” (MÉSZÁROS, 2011, p. 797). Em outras palavras, estamos falando da sobrevivência humana na Terra, pois, ao que parece, encaminhamo-nos para a barbárie.

A crise estrutural não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas acima mencionadas. Não obstante, as disfunções de cada uma, consideradas separadamente, devem ser distinguidas da crise fundamental do todo, que consiste no

bloqueio sistemático das partes constituintes vitais. É importante fazer esta distinção porque, dadas as interconexões objetivas e as determinações recíprocas em circunstâncias específicas, até mesmo um bloqueio temporário de um dos canais internos pode emperrar todo o sistema com relativa facilidade, criando desse modo a *aparência* de uma crise estrutural. (MÉSZÁROS, 2011, p. 798-9).

Sobre o enfrentamento da crise estrutural, Mézszáros indica que o sistema possui uma “complexa maquinaria” para administrar tal crise e que esta se utiliza de diversas estratégias para manter a crise sob um relativo controle. Um dos artifícios é tornar o termo de crise do capitalismo obsoleto, sob o disfarce do “triunfo do capitalismo” e da “integração da classe trabalhadora”.

Naturalmente, quando já não é mais possível ocultar as manifestações da crise, a mesma mistificação ideológica que ontem anunciava a solução final de todos os problemas sociais hoje atribui o seu reaparecimento a fatores puramente *tecnológicos*, despejando suas enfadonhas apologias sobre a “segunda revolução industrial”, “o colapso do trabalho”, a “revolução do trabalho” e os “descontentamentos culturais da sociedade pós-industrial”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 796, grifo do autor).

Os representantes do capital em momento algum buscam apreender a raiz do problema, a contradição capital/trabalho. Preferem lançar mão de argumentos falazes para escamotear a crise estrutural do capital. Outra forma encontrada pela maquinaria de administração da crise para aliviar os impactos negativos de todas as contradições geradas pelo capital é postergar a crise, ou seja, transferir a crise estrutural para uma determinada esfera ou local.

Seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou um país diferente. (MÉSZÁROS, 2011, p. 800).

Prossegue Mézszáros:

A tendência a um novo policentrismo (pense-se no Japão e na Alemanha, por exemplo), com consequências potencialmente incalculáveis, a um persistente desemprego em massa (e suas implicações óbvias para a economia de consumo) e à desintegração ameaçadora do sistema monetário internacional e seus corolários. Seria tolice considerar permanentes as imposições poderosamente fortificadas do complexo industrial-militar e sua capacidade de extrair e alocar para si mesmo, imperturbado, o excedente necessário para seu funcionamento contínuo na escala atual, ainda astronômica. (MÉSZÁROS, 2011, p. 807).

Essas consequências são apenas alguns dos efeitos derivados da crise estrutural. Para mediar a crise do sistema e seus impactos na sociedade, o Estado tem uma papel importante e decisivo, ainda que ele haja sido alvo de inúmeras

críticas e ataques por parte das personificações do capital, que buscam diminuir seu poder dentro do sistema.

Em todas as sociedades divididas em classes sociais, o Estado possui algumas funções; a principal é proteger a propriedade privada e, conseqüentemente, os proprietários. Na crise estrutural, o Estado passa a atuar como uma válvula de escape para o capital.

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Portanto, não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas, desde os Estados de formação liberal-democrática até os Estados capitalistas de extremo autoritarismo (como a Alemanha de Hitler ou o Chile miltontfriedmanizado de Pinochet), desde regimes pós-coloniais até Estados pós-capitalistas e tipo soviético. (MÉSZÁROS, 2011, p. 106).

Portanto, o Estado é indissociável do capital, já que ele é requisitado em todas suas fases de dominação. Mézáros (2011) reforça os laços que o capital possui com o Estado para viabilizar a sua dominação, “complementando-a na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106, grifos do autor). Daí resulta ser o Estado totalmente funcional ao capital.

O Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer o *controle abrangente* sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado. (MÉSZÁROS, 2011, p. 107, grifos do autor).

O capital recorrerá a todas as esferas da sociedade para manter a espiral de extração de excedente que é a sua “razão de ser”. O Estado desempenha algumas funções dentro do capital, como: garantir a extração da mais-valia, proteger a propriedade privada, elaborar leis que favoreçam os capitalistas, manter o controle das classes subalternas, assumir as dívidas das personificações do capital, administrar as crises etc. Com a crise estrutural, cada vez mais o capital recorre às forças políticas para ampliar os seus ganhos.

Mészáros (2011) apresenta o Estado como uma força corretiva que tem seus limites no próprio sistema.

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 107).

O Estado tem seus limites de ação dentro do capital, não podendo extrapolá-los devido à sua estrutura totalmente antagônica. O capital necessita de todas as esferas da sociedade para manter-se, e o Estado não foge das teias do capital. Para o sistema se salvar, não importa se vidas humanas ou o meio ambiente serão descartados nesse impulso da acumulação.

O modo mais recente para o capital continuar sua saga e minimizar os impactos da crise estrutural do capital é pondo em prática os ditames do neoliberalismo. Busca então todas as formas de extração do excedente, aprofundando ainda mais as desigualdades no mundo.

3 A ESTRATÉGIA NEOLIBERAL: UMA SAÍDA PARA OS EFEITOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Nesta seção, nossa investigação será voltada para uma das saídas encontradas pelo capital para a o enfrentamento da sua crise estrutural: o neoliberalismo. Além dessa tentativa de salvação, as personificações do capital implementaram também outras formas, a saber: a reestruturação produtiva e a financeirização, que afetam diretamente os trabalhadores.

3.1 A Origem do Neoliberalismo

Como já verificamos, a sociedade experimenta, nos dias de hoje, uma crise estrutural do capital que é sentida em todos os âmbitos de nossas vidas, em que as expressões da “questão social”, tais como pobreza, desemprego, violência, degradação ambiental e suas refrações, potencializam-se, acarretando muito sofrimento para a humanidade em geral. Diante de tais evidências, o capital buscou e busca uma alternativa para salvar sua economia, mas sua prioridade não é erradicar a “questão social”, senão atenuar seus efeitos. O que realmente importa para o sistema é salvar a classe economicamente dominante, que não consegue mais alimentar a espiral de crescimento, como nos moldes anteriores.

De acordo com Anderson (1995), o capital recorreu ao ideário do neoliberalismo. Trata-se de uma corrente teórica criada na pós-Segunda Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte. Em 1944, Friedrich Hayek publicou a obra “*O Caminho da Servidão*”, que consistia num ataque às intervenções do Estado de Bem-Estar Social⁴. Nesse período, esse tipo de Estado estava se estruturando, logo as ideias que Hayek propunha, não vingaram naquela ocasião, contudo o momento oportuno chegaria com a crise estrutural do capital, tornando o solo fértil para propagar e adotar a teoria neoliberal em termos mundiais.

⁴ Num período de trinta anos, alguns países do capitalismo avançado obtiveram ganhos sociais relevantes para a classe trabalhadora – os chamados “Anos Dourados” – após adotarem a política do pleno emprego. (MÉZSÁROS, 2011, p. 334, grifos do autor).

Hayek reuniu alguns teóricos notáveis da época que compartilhavam seus princípios em relação ao Estado de Bem-Estar Social, como: Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi Salvador de Madariaga, entre outros. Este grupo de intelectuais criou a Sociedade de *Mont Pèlerin*, cujo objetivo era combater a ideia do Estado intervencionista. Realizavam encontros internacionais a cada dois anos com o objetivo de “combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (Anderson, 1995, p. 1).

A sociedade *Mont Pèlerin* propagava que este novo igualitarismo promovido pelo Estado de Bem-Estar Social era prejudicial porque “destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995, p. 2). Eles afirmavam que a desigualdade era um valor positivo, contudo, essas ideias foram desacreditadas por conta do momento próspero que o capitalismo começava a experimentar e que se prolongou por décadas.

Com o passar desses áureos anos do Estado de Bem-Estar Social, em alguns países centrais da Europa e nos Estados Unidos a crise estrutural do capital chegou. Logo essas nações foram tomadas por recessões severas, baixa taxa de crescimento e alta inflação, aumento da pobreza e do desemprego etc. Esse momento histórico tornou-se oportuno para que as ideias neoliberais ganhassem força, e os teóricos neoliberais apontaram os culpados pela crise: segundo eles, eram os sindicatos, que pressionavam por salários maiores e o Estado, sob pressão, aumentava suas despesas com gastos sociais (ANDERSON, 1995).

Com essa argumentação de pressão dos sindicatos e gastos sociais que reduziam os lucros dos capitalistas, a solução encontrada para este problema, a crer nos neoliberais, seria um Estado forte para derrubar os sindicatos e suas regalias. No entanto, o Estado para os gastos sociais tornar-se-ia brando – seria o “[...] Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 239).

Conforme Hayek:

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis para incentivar os agentes econômicos. (ANDERSON, 1995, p. 2).

Dessa maneira, o Estado mais uma vez interviria para a salvação do sistema, reforçando sua função em favor das personificações do capital. Não foi diferente de outras épocas do capitalismo: quem pagava pela crise era o trabalho, que será onerado pelo sistema mais uma vez.

Na percepção de Netto, o neoliberalismo é

uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável, e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa para a democracia. (NETTO, 1995, p. 77).

O neoliberalismo retoma algumas propostas clássicas de Adam Smith, como a condução da sociedade pelo mercado sem muitas intervenções do Estado. Além desses limites impostos pelo capital, Braz e Netto (2012) observam que o capital visa quebrar qualquer tipo de barreira sociopolítica ao seu desenvolvimento, não só mediante uma flexibilização do trabalho, mas também rompendo com barreiras alfandegárias que o capital tanto utilizou em estádios anteriores e ainda utiliza nos países periféricos.

Soares acrescenta que o neoliberalismo inclui no seu arcabouço “a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma ‘nova’ pobreza” (SOARES, 2002, p. 12).

Com o declínio do Estado de Bem-Estar Social na passagem dos anos de 1970 para os anos de 1980, as propostas dos neoliberais começaram a ser implementadas em países de capitalismo avançado, a exemplo da Inglaterra, no governo de Margaret Thatcher (1979), e dos Estado Unidos, no governo de Ronald Reagan (1981). Todavia, o primeiro experimento de um governo neoliberal deu-se no Chile, no governo ditatorial do “miltonfriedmanizado” Augusto Pinochet.

Segundo Anderson (1995), o modelo inglês de neoliberalismo foi o pioneiro e o mais puro na aplicação do neoliberalismo.

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram as greves, impuseram uma nova legislação antissindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. (ANDERSON, 1995, p. 3).

A Inglaterra colocou em prática todas as ideias gestadas pela sociedade de *Mont Pèlerin* e assim se tornou um modelo para os demais países. Porém, no entender de Anderson (1995), o modelo neoliberal aplicado nos Estados Unidos foi um pouco diferente dos ingleses, até porque a existência de um modelo de Estado de Bem-Estar Social nos Estados Unidos é algo questionável, e se existiu não foi como em alguns países europeus. É que os americanos estavam mais preocupados com a competição entre eles e a União Soviética.

A prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e sufocou a única greve séria de sua gestão. (ANDERSON, 1995, p. 4).

Anderson (1995) ressalta que o neoliberalismo de Hayek combatia de todas as formas o regime comunista, demonizando-o e propagando-o como um mal para a sociedade. Reagan executou a agenda neoliberal em seu país, porém criou um déficit em sua gestão na corrida armamentista. Quando mapeamos as formas em que o neoliberalismo ocorreu tanto na Europa como em outros continentes, podemos observar que em alguns lugares da Europa o neoliberalismo foi aplicado de uma forma mais branda, com “ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais” (ANDERSON, 1995, p. 4).

Os países europeus que aplicaram um neoliberalismo dito brando deixaram os ataques aos gastos fiscais e os sindicatos em segundo plano. No entanto, todos os governos – desde aqueles de direita até os intitulados de esquerda – foram levados a colocar em prática o receituário neoliberal. Os países que tentaram resistir à onda neoliberal e praticar uma espécie de Estado de Bem-Estar Social fracassaram e se viram obrigados pelos mercados financeiros internacionais a ceder à política que estava se tornando hegemônica no mundo.

A estratégia do capital era levar a ideologia neoliberal para todo o mundo. Assim, eles patrocinaram maciçamente este ideal, valendo-se de ideias que pudessem justificar as aplicações do seu receituário no mundo, com o ataque ferrenho aos princípios da social-democracia e aos comunistas.

Hayek e outros intelectuais resgataram a concepção de homem dos teóricos contratualistas e aprofundaram os princípios econômicos de Adam Smith. Dessa forma, “o que se pode denominar *ideologia neoliberal* compreende uma concepção

de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista)” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238, grifos do autor). Outra percepção seria “fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira de liberdade vista como função da liberdade de mercado” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 238).

Soares (2002) afirma que os impactos da crise de 1970 e seus desdobramentos vão variar de país para país, assim como a forma de salvar cada economia em particular. Mesmo tendo uma determinação global para esta salvação, a receita que os países seguirão não será uniforme, já que cada um se insere na economia mundial de uma forma diferente. A inserção e a forma como estes países se desenvolveram ao longo da sua história fazem diferença na forma como será implementado o neoliberalismo.

As formas como a Inglaterra e os Estados Unidos se inseriram no neoliberalismo são diferentes do modo adotado pela América Latina. Nos países subdesenvolvidos (periféricos), o impacto vai ser muito mais duro, visto que os países desenvolvidos passaram por um período de ganho real para a classe trabalhadora com o Estado de Bem-Estar Social. Além do fato de a América Latina não ter experimentado as concessões do capital ao trabalho, países do capitalismo avançado repassaram a carga da crise para os países subdesenvolvidos (periféricos). No entanto,

[...] o ajuste não foi levado adiante na mesma magnitude nos países centrais, que em boa medida transferiam sua crise para a periferia via dívida externa, mantendo protegidas as suas economias. (SOARES, 2002, p. 15).

Assim, na América Latina o neoliberalismo vai se comportar de uma forma mais agressiva que em outras regiões do mundo. Como mencionado anteriormente, o primeiro país a aderir ao neoliberalismo no mundo foi o Chile, em 1970, no governo ditatorial de Pinochet. Diferentemente de outros países que seguiram o teórico Hayek, o Chile seguirá as formulações teóricas de Milton Friedman para a aplicação do neoliberalismo. Contudo, as ações não se diferenciam muito de outros países neoliberais: “desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos mais ricos, privatizações de bens públicos” (Anderson, 1995, p. 9). Outro aspecto a ser observado é que o Chile será um referencial para Inglaterra na forma de aplicar o receituário neoliberal, pois os dois países mantinham um diálogo amigável.

Importa ressaltar que, naquele período, o Chile era governado por um regime ditatorial, e democracia não é sinônimo de neoliberalismo, pois “a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo” (ANDERSON, 1995, p. 10). Os dois podem divergir, caso a democracia impeça o neoliberalismo de se expandir.

Como já foi dito anteriormente, a América Latina inicia sua adesão ao receituário neoliberal a partir de 1970 com o Chile; os demais países aderirão na década de 1980. “Diversos países iniciam seus processos de ajustes nos anos 80, com reformas parciais como a financeira e renegociação das dívidas” (SOARES, 2001, p. 23). A partir do final de 1980 e início de 1990, os países latino-americanos começaram a aplicar o neoliberalismo de uma forma plena, no entanto há uma diferença na forma como este receituário será adotado em cada país.

Cada país da América Latina tem sua formação sócio-histórica e econômica particular e suas contradições. A forma como o capitalismo foi inserido em cada país também difere, levando em consideração que fomos todos colonizados por europeus. Assim também ocorre em relação à implementação do neoliberalismo no nosso continente. Segundo Soares (2002), houve duas formas de estratégias neoliberais que foram executadas pelo Estado e suas personificações do capital:

As formas que as políticas de ajustes assumem nos diferentes países poderiam ser situados num aspecto que vai desde aquelas que possuem um caráter mais “doutrinário” ou mais “puro”, no qual se aplicam estritamente os princípios do liberalismo econômico, até aquelas de tipo mais “pragmático”, quase sempre mais afeitas ao ritmo e à gradualidade determinados pelos interesses dominantes em cada país. (SOARES, 2002, p. 24, grifos do autor).

Ainda que os países não apliquem o receituário neoliberal de uma forma uniforme, os países da América Latina terão alguns objetivos em comum, aplicados em cada país de forma diferente. Soares expõe esses objetivos:

a) aumentar o grau de abertura da economia para o exterior a fim de lograr um maior grau de competitividade de suas atividades produtivas; b) racionalizar a participação do Estado na economia, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; c) estabilizar o comportamento dos preços e de outras macroeconômicas. (SOARES, 2012, p. 24).

Essas foram regras que os países seguiram para se adequar ao novo movimento do capitalismo ante uma crise de caráter estrutural. O Brasil não fugirá à adesão ao neoliberalismo, contribuído para o avanço do capital internacional e dando continuidade ao seu processo de expansão e acumulação.

3.2 A Trajetória do Neoliberalismo no Brasil

Trataremos agora especificamente sobre o neoliberalismo no Brasil. Veremos como alguns autores consideram esse fenômeno. A primeira análise a ser feita observa como o Brasil se achava no âmbito político-econômico. O Estado buscava a consolidação de uma frágil democracia que ainda sentia os reflexos “do chamado esgotamento do Estado desenvolvimentista, cujo padrão se baseava no tripé Estado/capital estrangeiro/capital nacional” (SOARES, 2002, p. 35).

Behring (2003) traz novos elementos para analisamos o neoliberalismo brasileiro. Durante a transição da ditadura para uma democracia, o país acumulou algumas frustrações, como a eleição via colégio eleitoral, que mais uma vez postergou a decisão de escolha do povo para um novo governo e transferia essa tarefa para os políticos. O pleito ao cargo foi marcado por disputa em diversas áreas de interesses da sociedade. No entanto, um novo componente adentra na história: um movimento de operários que influenciará as futuras corridas presidenciais. Este movimento vai ser decisivo em diversos momentos políticos do Brasil.

O colégio eleitoral foi a saída institucional para assegurar o controle conservador da redemocratização, numa espécie de contrarrevolução, se é observado o aspecto no qual as elites no Brasil tiveram uma profunda unidade política: conter a emancipação dos trabalhadores. (BEHRING, 2003, p. 139).

Contudo, mesmo com essa forma de contenção, os trabalhadores em geral não se intimidaram e buscaram se organizar e lutar em função dos seus interesses. Com o movimento operário, a esquerda brasileira ressurgiu não só na forma de um único partido, mas com o surgimento de vários outros partidos. Este movimento influencia diversos debates no âmbito da sociedade, pressionando as elites para que suas reivindicações tivessem visibilidade na política brasileira. Verificou-se

a reafirmação das liberdades democráticas; a impugnação da desigualdade descomunal e a afirmação dos direitos sociais; a reafirmação de uma vontade nacional e da soberania, com rejeição das ingerências do FMI; direitos trabalhistas; reforma agrária. (BEHRING, 2003, p. 142).

Assim, a esquerda mais uma vez pressiona para que suas reivindicações sejam atendidas. É nesse contexto de embates de projetos societários antagônicos que vai se configurar a primeira eleição direta em 1989, decidida pelo voto do povo. Concorriam à vaga presidencial Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da

Silva, na defesa de interesses antagônicos; pelo menos nos discursos, ambos se distanciavam da imagem do governo de Sarney. A direita não possuía um candidato real; ela estava fragmentada e no segundo turno assumiu a defesa de Collor, mesmo que este não os representasse da forma que desejavam.

[...] sua origem social e trajetória política advinham das classes possuidoras, o que lhe dava créditos de classe num enfrentamento com um candidato de origem operária. (BEHRING, 2003, p. 144).

Collor foi eleito na base de “o medo venceu a esperança” (BEHRING, 2003, p. 144). A elite brasileira percebeu que um novo sujeito histórico manifestou-se para tentar barrar seus objetivos e o poder popular aos poucos ganhava fisionomia na política. Ricardo Antunes (2005) expõe em sua obra que além desse apoio da elite, Collor direcionou seu discurso à massa dos “descamisados”⁵, para ganhar as eleições. O autor concorda que Collor foi o candidato improvisado da elite que temia um governo popular.

Segundo Melo (2015), o novo presidente tinha um enorme desafio pela frente: estruturar o país, que passava por uma recessão com reflexos da crise estrutural do capital que atingia a economia mundial desde o início da década de 1970.

Collor defendia, de uma forma muito clara, as “reformas” propostas pelo modelo neoliberal que privilegiam o mercado, bem como sustentava o discurso de que a redução do tamanho do Estado seria a solução para a crise econômica e social do Brasil. (MELO, 2015, p. 174, grifo do autor).

Como se pode verificar nas propostas de Collor, ele aplicaria a estratégia neoliberal ao Brasil. Antunes (2005) acrescenta que Collor foi a porta do neoliberalismo no Brasil, de uma forma aventureira que consistia em seguir o receituário do Fundo Monetário Internacional – FMI, recomendando as seguintes medidas:

O enxugamento da liquidez, o quadro recessivo decorrente, a redução do déficit público, a “modernização” (privatista) do Estado, o estímulo às exportações e, é claro, a prática do arrocho salarial, secularmente utilizado em nosso país. É um desenho econômico nitidamente neoliberal. (ANTUNES, 2005, p. 10, grifo do autor).

Para quem foi eleito com o discurso de governar para os “descamisados”, contraditoriamente, o presidente recém-eleito asseverou que o Estado tinha um objetivo a alcançar e esse não é em benefício dos trabalhadores, porquanto consistia em seguir as ordens do FMI. Além dos pobres, o pequeno, o médio capital

⁵ Segundo Antunes, esta figura do cenário brasileiro é nada mais que um “enorme contingente que vivencia em sua cotidianidade condições das mais adversas E crê na figura do presidente, dando-lhe apoio muitas vezes incondicional”. (ANTUNES, 2005, p. 8).

e a economia informal não se sentiram contemplados com a adesão ao receituário neoliberal, pois a concorrência com o grande capital, tanto nacional como estrangeiro, os levaria à ruína.

A elite possui uma forma peculiar de ser: “ela tem seus pés muito presos no *hit et nunc*, e fica sempre temerosa ante projetos que impliquem perdas iniciais, visando ganhos posteriores” (Antunes, 2005, p. 10), provocando assim insatisfações com o recente governo. Antunes (2005) evidencia como seria a reação dessas elites caso o governo aprovasse medidas que realmente proporcionassem ganhos à massa de trabalhadores, realizando reformas estruturais, impedindo as privatizações e proporcionando um ganho salarial efetivo.

No primeiro ano de mandato de Collor, sua equipe econômica colocou em prática o Plano Collor 1, que consistia em,

através da recessão violenta, do arrocho salarial, do enxugamento da liquidez, da redução do déficit público, da privatização do Estado, estancar o processo inflacionário para abrir caminho para um real segundo momento, mais ofensivo do plano. (ANTUNES, 2005, p. 13).

O Plano Collor 1 arruinou o país com medidas que atacaram desde os trabalhadores até os pequenos capitalistas. Diferentemente do esperado, o Plano Collor 2 não foi uma continuidade do Plano 1 e sim uma tentativa de arrumar o que este plano tinha feito com o país. Porém as medidas tomadas nesse segundo plano repetiram as do primeiro, afundando ainda mais o país numa crise cujos efeitos mais pesavam sobre a população menos favorecida.

As consequências desses dois planos para o Brasil foram deletérias, empobrecendo ainda mais o país, com aumento da inflação, retrocesso no parque industrial e salários cada vez mais baixos. Essas medidas resultaram em fracasso, levando o País ao caos social, ao descontentamento da elite nacional, o que se somou às denúncias de familiares de Collor que o conduziram ao *impeachment*.

Dando sequência à trajetória de como o país portou-se em relação à adesão ao neoliberalismo nos governos pós-ditadura, um novo governo foi eleito no Brasil, Fernando Henrique Cardoso de Melo – FHC, que herda um legado complicado do Governo Collor e Itamar Franco; este último substituiu Collor após o *impeachment*. Itamar Franco foi responsável por resgatar a credibilidade do Estado. Durante o seu governo, FHC foi ministro da Fazenda, responsável por um “plano de estabilização pela nova moeda: o real” (BEHRING, 2003, p. 134 e 135).

O Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que faltava ser feito das reformas preconizadas pelo Banco Mundial. (FIORI, 1997, p. 14 apud BEHRING, 2003, p. 156).

Mais uma vez, uma figura política que vai atender aos interesses do capital. Soares (2002) afirma que, com a eleição de FHC o Brasil assume finalmente uma postura neoliberal, com todas as consequências advindas deste modelo – tanto em termos econômicos como sociais. A principal proposta foi combater a inflação, um mal que persegue o país há muito tempo. Assim, o governo de FHC colocou o projeto neoliberal em vigor, projeto esse desenhado para a América Latina pelos países imperialistas.

Na percepção de Soares:

O eixo central na condução da política econômica é o combate à inflação, mediante o Plano de Estabilização, cujo sucesso passou a ser condição *sine qua non*, segundo o discurso governista, para a retomada do crescimento. Para a consecução desse objetivo, qualquer meio era justificável, inclusive uma recessão sem limites. (SOARES, 2002, p. 39).

Mais uma vez, o projeto neoliberal formulado pelo grande capital para continuar seu processo de expansão e acumulação foi implementado. Na visão de Antunes (2005), o governo de FHC recuperou as ideias do governo Collor e colocou-as em prática, agora de uma forma mais racional e menos precipitada. Segundo o autor, além do combate à inflação, outros pontos do neoliberalismo foram sendo colocados em prática, como: desmontagem do parque industrial brasileiro, retomada da privatização de estatais, flexibilização produtiva, subordinação às nações desenvolvidas estrangeiras, entre outras.

Prosseguindo nesta breve história do caminho do neoliberalismo brasileiro, Antunes afirma que “[...] era chegada a hora de entregar tudo funcionando, estruturado e rentável às burguesias nativas e forânea” (ANTUNES, 2005, p. 38), sem explicitar para a opinião pública que privatizar era a melhor solução, usando a tática de sucateamento das estatais, fazendo assim parecer que as iniciativas privadas resultariam numa administração melhor do que a do Estado.

Conforme FHC dava continuidade ao seu governo, mais o Brasil se tornava dependente do capital estrangeiro, o que afetava principalmente as camadas mais populares da sociedade. Antunes (2005) ilustra esse momento brasileiro através de um registro de uma revista inglesa, *The Economist*, que fez a seguinte publicação: “FHC realizou em quatro anos quase o mesmo que a dama de ferro levou doze para

fazer” (ANTUNES 2005, p. 39). Observamos que aqui fica explícito o poder destrutivo do governo FHC ao implementar o neoliberalismo no Brasil.

Com um governo de oito anos (dois mandatos consecutivos), FHC deixa o Brasil arruinado principalmente para os mais pobres. Os tentáculos do neoliberalismo perpassaram desde as estatais brasileiras até os movimentos sociais, legando um patrimônio de caos social para o próximo presidente do Brasil, que teria um montante de obstáculos para reestruturar o país.

O Brasil chega a mais um pleito de uma recente redemocratização, com governos anteriores sem muito sucesso para as camadas populares da sociedade, que reivindicavam sua parcela no bolo da prosperidade prometido desde antes da redemocratização⁶. As eleições de 2002 atingiram o ápice das reivindicações feitas desde a época das eleições de Collor. Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores – PT, chega ao poder através de inúmeras alianças e concessões, alterando seu discurso ao longo do tempo.

Antunes (2005) traz à tona alguns anseios da sociedade daquela época, da esperança dos mais atingidos pelo neoliberalismo econômico. O governo do Partido dos Trabalhadores – PT era visto com desconfiança pela elite, porém a base da sociedade depositava todas suas expectativas nele. O início do governo de Luís Inácio Lula da Silva – Lula foi decepcionante para vários setores da sociedade, visto que se esperava um rompimento com o neoliberalismo.

Nas palavras de Melo:

Parece que o enfrentamento político a esse projeto deve ser feito a partir do chamado novo contrato social, já que, em último caso, trata-se de um problema de gestão e não de um projeto histórico. Ou seja, seria possível, mantendo as mesmas bases e pressupostos, obter uma melhoria das condições de vida. (MELO, M., 2007, p. 185).

O governo do PT continuou a aplicar as medidas dos países imperialistas. Melo (2007) acrescenta que, enquanto os setores populares da sociedade eram pegos de surpresa pela posição do governo, gerando algumas decepções, a elite (nacional e internacional) e a classe média começavam a perceber que o governo petista destinaria seu governo a eles. Um dos sinais de alerta que o governo do PT não seria destinado às classes populares foi o aumento considerável do *superávit* primário, que “é composto pelo total economizado (não gasto) pelos governos

⁶ Durante os governos ditatoriais, na época do chamado “milagre econômico”, foi prometido às camadas populares que o crescimento econômico seria recompensado futuramente com uma divisão dos ganhos. Óbvio que esse período nunca chegou no Brasil.

centrais, estaduais, e municipais” (MELO, 2007, p. 189). No primeiro ano de governo, esse *superávit* primário foi um dos recursos utilizados para pagar a controversa dívida externa do país.

Além do aumento notável do *superávit* primário, Melo (2007) elenca outras medidas que ocasionaram um impacto direto nos menos favorecidos:

A reforma da previdência, a liberação de cobrança de CPMF para operações financeiras na bolsa de valores, a quebra do monopólio de RE-seguros, o incentivo de programa de crédito consignado, sobretudo a aposentados, além das políticas fiscais têm permitido a contemplação das demandas financeiras. (MELO, 2007, p. 192).

Assim, o governo do PT assumiu a agenda neoliberal, cumprindo que o que foi destinado pelos países imperialistas para a América Latina, No entender de MELO (2007), além dos citados benefícios, foram oferecidas aos representantes do capital regalias que fizeram com que ampliassem suas riquezas, como nos setores agrícola e industrial, com êxito nas exportações.

O sucesso das exportações depende dos preços dos produtos que as empresas podem oferecer. Com isso, a superexploração do trabalho contribui para baixar os custos dos produtos, aumentando a competitividade. A (contra) reforma trabalhista está na pauta do governo. (MELO, 2007, p. 192).

Novamente, os representantes do capital continuavam a extrair seus lucros do trabalho. Não resta dúvida que o governo do PT deu continuidade ao neoliberalismo; o diferencial para outros governos neoliberais que já governaram este país foi a política social e os programas sociais implementados: o Bolsa Família, o acesso às universidades particulares com a criação do Programa universidade para todos-Prouni, por meio de bolsas. Porém para o nosso referido autor em nada este acesso alterou algumas estruturas em nosso país, como a concentração de renda e o nível de desemprego. Para ele, o governo do PT só ressaltou o nível de “funcionalização da pobreza” (MELO, 2007, p. 194). A tão sonhada guinada para a esquerda, na qual o povo fosse o protagonista e o maior beneficiário das políticas públicas, não ocorreu nos governos do PT nem com Lula nem com Dilma, e muito menos com Temer. Diante de todos os problemas que o neoliberalismo ocasionou no mundo e no Brasil, iremos direcionar nossa pesquisa no sentido de verificar como essa estratégia econômica atingiu diretamente as políticas sociais em geral e na peculiaridade brasileira.

3.3 Os Impactos do Neoliberalismo nas Políticas Sociais

Como já foi visto, um dos impactos causados pela implantação do neoliberalismo no mundo foi a redução dos gastos em políticas sociais. Entretanto, antes de verificarmos as consequências desastrosas do receituário neoliberal nas políticas sociais, iremos pesquisar as origens das políticas sociais no mundo e no Brasil. Destaca-se que qualquer fato histórico comporta-se de forma distinta, a depender do país. Para fazer a análise do desenvolvimento das políticas sociais, partiremos da seguinte premissa:

A análise das políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, recusa a utilização de enfoques restritos ou unilaterais, comumente presentes para explicar sua emergência, funções e implicações. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 36).

Algumas questões serão de suma importância para a análise de como surgiram as políticas sociais e como se comportaram ao longo da história. Segundo Behring e Boschetti (2011), o debate acerca do tema não pode permanecer apenas no viés econômico ou político; a análise deve ir além de uma visão unilateral e perpassar diversos âmbitos. Cumpre ultrapassar o viés político-econômico para entender que outros elementos deverão compor esta reflexão.

Behring e Boschetti (2011) destacam a importância de relacionar a gênese das políticas sociais com o advento das refrações da “questão social”⁷, que irá desempenhar um papel determinante na sistematização das políticas sociais. A origem das políticas sociais é uma consequência da causa que decorre da contradição trabalho *versus* capital e que gera a “questão social”.

Não se pode comparar o pauperismo no capitalismo com o que existia em outros modos de produção anteriores. Antes do capitalismo, a escassez era gerada pela falta de matérias-primas, pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, da tecnologia etc. Já na era do modo de produção capitalista, esta justificativa não se sustenta, pois o que leva à pobreza da classe trabalhadora e a toda a gama de problemas gerados pelo capitalismo advém da relação capital/trabalho, resultando no surgimento da “questão social” e em suas expressões.

⁷ Para um maior aprofundamento sobre a temática da “questão social”, ver: Netto (2001), Iamamoto (1999), Guerra (2005), Behring; Boschetti (2011), Pastorinni (2010) e Pimentel (2012), entre outros.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além de da caridade e repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 77).

A “questão social” vai exigir uma ação mais contundente do sistema. Portanto, há uma relação direta entre as políticas sociais e a “questão social”. Esta relação vai influenciar no desenvolvimento de ambas as partes, pois estão imbricadas. Um ponto a ser ressaltado é a dimensão política da “questão social”. Diferentes momentos históricos vão requisitar as políticas sociais, ora intensificando-as, ora atenuando-as. Para exemplo, contraponha-se o Estado de Bem-Estar Social e o neoliberalismo.

Outro ponto que devemos enfatizar é o lugar das políticas sociais na sociedade, e com isso entender seu papel funcional no sistema do capital. As autoras alegam que as políticas sociais pertencem ao núcleo de reprodução social, estabelecendo a sua participação na produção.

Uma dimensão fundamental e orientadora da análise é a ideia de que a produção é o núcleo central da vida social, inseparável do processo de reprodução no qual se insere a política social, seja como estimuladora da realização da mais-valia socialmente produzida, seja como reprodução da força de trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 43).

Behring e Boschetti (2011) situam o local das políticas sociais como parte da reprodução social. Para Lessa (1999), a reprodução social é fundada pelo trabalho. Este, ao longo de sua trajetória histórica, tem uma relação direta com a reprodução social, porém são distintos: enquanto a produção é reprodução de bens, a reprodução social tem a incumbência de “ordenar as relações sociais” (LESSA, 1999, p. 6).

Já Behring e Boschetti (2011) afirmam que a política social está inserida no núcleo da reprodução social e esta corrobora para a ampliação da mais-valia e a reprodução da força de trabalho. As autoras mencionam a categoria trabalhada em Marx do valor-trabalho. Todas as políticas sociais são pensadas no interior do capitalismo relacionadas às taxas de lucros, e os lucros só podem ocorrer com o trabalho expropriado pelo capitalista.

Ainda segundo essas autoras (2011), não se pode estabelecer um marco histórico exato do advento das políticas sociais; o que se pode determinar é uma aproximação acerca do fato, que ocorreu no final do século XIX. Já o aumento considerável das políticas sociais deu-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial. As autoras consideram que antes do capitalismo houve protoformas de políticas sociais que foram desenvolvidas para manter a ordem e punir a vagabundagem.

Algumas formas iniciais de políticas sociais eram encontradas nas sociedades pré-capitalistas com o objetivo de regulação social; eram punitivas e com caráter culpabilizador do indivíduo pelo local em que ele se encontrava. Marx (2010) retrata como a Inglaterra lidava com o pauperismo mediante uma legislação voltada para combater a pobreza.

Segundo Marx, essa legislação consistia “na obrigação imposta às paróquias de socorrer os seus trabalhadores pobres, no imposto para os pobres, na beneficência legal” (MARX, 2010, p. 51). Esta lei, denominada de “Lei dos Pobres” (1501), durou três séculos. Com o surgimento do capitalismo, o pauperismo da classe trabalhadora aumentou consideravelmente, levando a burguesia a buscar formas de resolver o problema.

Ao culpabilizar os trabalhadores pobres, a repressão e a punição se deram através da criação da Nova Lei dos Pobres, de 1834, a qual punia o pobre pela sua própria condição, internando-o nas *workhouses*. Marx resgata a história das *workhouses* (casa dos pobres), definindo-as da seguinte maneira: “Nas *workhouses*, a assistência é engenhosamente entrelaçada com a vingança da burguesia contra o pobre que apela à sua caridade” (MARX, 2010, p. 53).

Essa “Nova Lei dos pobres” fazia com que os trabalhadores se tornassem escravos, sujeitos à mutilação, numa espécie de punição para a vagabundagem.

Se as legislações pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, o “abandono” dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da revolução industrial lança os pobres à “servidão da liberdade sem proteção”, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social. (BEHRING; BOSCHETT, 2011, p. 51, grifos do autor).

A exploração desenfreada dos capitalistas fez com que a “questão social” e suas refrações alcançassem um número cada vez maior de pessoas; estas,

pressionadas pela pobreza, começaram a adquirir uma consciência de luta para que as jornadas de trabalho fossem diminuídas. Não é segredo algum a afirmação que o grande problema da sociedade com o surgimento da questão social e suas as refrações reside na inconciliável relação entre trabalho e capital. As autoras afirmam que a organização das políticas sociais de uma forma sistemática foi resultado do enfrentamento da população para que as refrações fossem ao menos diminuídas.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são um desdobramento e até mesmo ruma forma de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Assim, as autoras levantam um ponto muito importante sobre as políticas sociais: que suas respostas aos problemas causados pela dicotomia trabalho *versus* capital são dadas de uma forma fragmentada, sem atingir o cerne da questão. Claro que isso é objetivamente pensado, pois ao fragmentar, dividir e setorializar as políticas, as lutas se tornam enfraquecidas, salvaguardando assim o capitalismo.

Na virada do século XIX para o XX, podemos observar certa mudança nas abordagens e na implementação das políticas sociais, que começaram a ser organizadas à maneira de cada país, de acordo com suas peculiaridades. Esse período no qual as políticas sociais começaram a ganhar força foi chamado de *Welfare State*, o Estado de Bem-Estar Social, que vigorara apenas nos países centrais.

Para Pierson (1991), as simples “medidas de regulação pública não são suficientes para definir sua existência” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64). Não podemos esquecer que a elaboração das políticas sociais não foi uma simples benesse do Estado, porquanto houve uma grande pressão popular e lutas efetivas para que as políticas sociais fossem de fato assumidas pelo Estado.

Assim, as características necessárias para que as medidas do Estado fossem atribuídas como de bem-estar social foram: “Primeiro, a introdução de políticas sociais orientadas pela lógica do seguro social na Alemanha, a partir de 1883” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64); já “o segundo elemento é que as políticas sociais passam a ampliar ideias de cidadania e a desfocalizar suas ações, antes direcionadas apenas para a pobreza extrema” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 64).

Além das referidas pressões, o capitalismo sofria mais uma crise – essa, pertencente ao núcleo das crises chamadas cíclicas que acometeram o sistema capitalista. A crise de 1929 foi mais um item no impacto real nas políticas sociais. O sistema se viu pressionado por todos os lados, o que influenciou de maneira determinante para uma mudança nos setores sociais do Estado.

Mandel sinaliza que tais medidas, nas quais se incluem as políticas sociais, objetivavam amortecer a crise. Com elas, poderia existir algum controle sobre os ciclos econômicos. As políticas sociais se generalizaram nesse contexto, compondo o rol de medidas anticíclicas do período, e também foram resultado de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com segmentos do movimento operário, sem o qual não podem ser compreendidas. (MANDEL apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 71).

Assim, a chamada concessão do capital ao trabalho deu-se devido à pressão popular, mas o capital sempre articula uma artimanha para que o benefício concedido também o contemple. Tomemos como exemplo a diminuição da jornada de trabalho com as leis fabris nas fábricas capitalistas; mesmo diminuindo as horas, os capitalistas burlaram as leis e criaram o sistema de turnos, que consistia em fazer o trabalhador ultrapassar as horas estabelecidas por lei, como Marx mostrou em *O capital*.

Ao tempo de agitação pelas dez horas, os fabricantes gritavam que a corja de trabalhadores fazia petições na esperança de receber um salário de 12 por dez horas de trabalho. Agora eles inverteram a medalha. Pagavam salários de dez horas por uma disposição de 12 até 15 horas sobre as forças de trabalho. (MARX, 1996, p. 404).

Dessa maneira, o capital demonstra que em nenhum momento de sua história ele foi realmente favorável aos que dependem de sua força de trabalho para sobreviver. A concessão do capital ao trabalho veio depois da Segunda Guerra Mundial, num período de expansão do capital.

Como ressalta Mészáros:

No passado, as conquistas defensivas sempre estiveram estreitamente ligadas às fases de expansão do sistema do capital. Eram retiradas da margem de concessões de que dispunha o sistema e também podiam ser positivamente transformadas em vantagens para si próprio. (MÉSZÁROS, 2011, p. 844).

O capital só atua em prol do seu desenvolvimento, com o claro objetivo de lucro, acumulação e expansão. Então, os capitalistas tiveram que se submeter à

interferência do Estado tanto na economia como nas áreas sociais. O período de concessões do capital foi denominado de *Welfare State* ou liberalismo heterodoxo de Keynes.

Aborda-se a seguir o que foi esse período de expansão das políticas públicas concedidas pelo capital e viabilizadas pelo Estado.

Esta foi marcada em seus primeiros trinta anos por uma forte expansão, com altas taxas de lucro e ganhos de produtividade para as empresas, e políticas sociais para os trabalhadores. É quando se ergue o Estado social nos diferentes formatos históricos que adquiriu. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 82).

Segundo as autoras, o capitalismo adentrava em sua fase madura e em mais uma maneira de garantir o bom funcionamento do capital em sua essência natural. Para que esses países centrais pudessem garantir essa sistematização das políticas sociais e ampliassem seu alcance para além dos mais necessitados, o período de bem-estar social necessitou de uma aliança entre Estado, capital e trabalho. Cada um desses desempenhou um papel fundamental para que o período de concessão do capital pudesse ter um relativo sucesso num número de países restrito e num determinado período, até que as contradições do capitalismo decretassem o fim do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais.

Sobre Keynes, discorrem Behring e Boschetti:

Keynes é absolutamente sintonizado com seu tempo, perseguindo portas de saídas capitalistas para a crise do próprio capitalismo. O Estado, com o keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou a defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal conservadora da época. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 84).

Behring e Boschetti afirmam que o Estado idealizado por Keynes foi uma forma de conter os capitalistas em sua busca desenfreada por lucros, e que a mão invisível do mercado não funcionaria como os liberais pretendiam. Era papel do Estado regular a economia.

O keynesianismo trouxe consigo algumas ações que resultariam no amortecimento da crise:

[...] A planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 86).

Podemos observar que foi implantado no interior do Estado um conjunto de ações para retomar o crescimento do capital nos países capitalistas centrais. Antes de retomar a nossa análise do Estado de Bem-Estar Social, que é o período em que alguns países ricos obtiveram concessões por parte do Estado e do capital para a área social, voltaremos a Keynes, que idealizou este importante momento para a classe trabalhadora e principalmente para os capitalistas.

Quando se trata da *luta de classe* enquanto tal, meu patriotismo pessoal e local, como o de todos, com exceção de alguns zelosos, está associado à minha vizinhança. Eu posso ser influenciado pelo que *me* parece ser justiça e bom-senso; mas a *guerra de classe* me encontrará do lado da *burguesia* educada. (MÉSZÁROS, 2011, p. 731).

Desse modo, não resta a menor dúvida para quem Keynes idealizou o Estado de Bem-Estar Social. Além de todos os esforços do Estado, outro ponto fundamental para que esse período de concessão fosse possível foi o capital e está na imagem do pacto fordista. Segundo as autoras, o fordismo foi além de “produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 86). O impacto desse novo modelo de produção saiu do ambiente técnico das fábricas, gerando um impacto real nas relações sociais.

Gramsci, em seu importante ensaio “Americanismo e fordismo” (2001), também percebe o fordismo, para além da dimensão econômica, com seu impulso ao processo de extração da mais-valia relativa. Ele identifica sensivelmente a relação social fordista como um esforço de produção de um novo homem inserido em uma “nova” sociedade capitalista. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 87, grifo do autor).

O fordismo mostra mais uma vez como as relações produzidas no trabalho ultrapassam o chão das fábricas, pequenas organizações de teares ou outras formas de trabalho, e que a produção é determinante na forma de se relacionar socialmente. As autoras trazem David Harvey apud Behring e Boschetti (2011) para o debate acerca do tema; este considera que a reprodução social com a psicologia,

o serviço social, a política de controle e uma gerência de trabalho, se tornaria muito importante para dar sustentação ao fordismo e adequar o trabalhador a esta nova forma de se extrair mais-trabalho.

Agora nosso estudo se dirige ao papel do trabalho nessa composição do Estado de Bem-Estar Social, como o elemento mais importante de qualquer sociedade, seja ela dividida em classes sociais ou não. A classe trabalhadora da época renunciou a um projeto de sociedade livre da escravidão do capital por alguns ganhos sociais que melhoraram sua qualidade de vida. Uma classe social que até então só lidava com a miséria e a caridade dos burgueses finalmente teve acesso a educação, saúde, um salário melhor, aposentadoria e lazer, em decorrência de anos de luta.

Para o movimento operário organizado, essa possibilidade histórica implicou abrir mão de um projeto mais radical em prol de conquistas e reformas imediatas, incluindo-se aí os direitos sociais, viabilizados pelas políticas sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 88).

Desse modo, as reivindicações da classe trabalhadora por uma sociedade efetivamente emancipada foram cooptadas pelo capital e pela ideia da social-democracia de aos poucos transformar o capitalismo em “socialismo” por dentro, mantendo os principais elementos das contradições do sistema: o capital, o Estado e o trabalho. A exploração manteve-se intacta.

Antes de finalizar esse período de avanços nas políticas sociais, segundo as autoras, cumpre salientar que a base material que possibilitou essa fase de “ouro” foi além nas mudanças no mundo da produção com o fordismo: o avanço da indústria bélica com o advento da Guerra Fria deu uma guinada para a expansão do capital.

Diferentemente dos países capitalistas avançados, o Brasil possui sua própria gênese histórica das políticas sociais, revelando um descompasso histórico em relação aos países europeus, tanto por ser relativamente novo, como por sua posição estratégica no capitalismo. Buscar as origens das políticas sociais no Brasil requer entender a forma como o país se desenvolveu.

Segundo as autoras, o Brasil como colônia de um país europeu, com um caráter agroexportador, contribuiu para o acúmulo e a expansão do capital nos países centrais. Com a mão de obra escrava, as escassas ações assistenciais foram desenvolvidas, marcadas por ideias vindas de fora, a exemplo do liberalismo. Outro

ponto a ser ressaltado é a postura da elite brasileira contra a ideia de liberdade para a população negra. Esses pontos serão decisivos para a origem das políticas sociais em nosso país.

O Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. O desenvolvimento da política social entre nós, como se verá, acompanha aquelas fricções e dissonância e a dinâmica própria da conformação do Estado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 75).

As autoras enfatizam como as elites economicamente dominantes orientaram os rumos e como uma sociedade inteira será conduzida em termos econômicos e políticos. A construção do Brasil se deu a partir de fora por séculos, e até hoje o país é conduzido por ideais formulados longe do contexto brasileiro; no entanto, as particularidades aqui encontradas influenciam os caminhos tomados pelo Estado. Enquanto na Europa a sociedade vivenciava as ideias do liberalismo, aqui a elite escolhia quais a beneficiaria e consolidava sua dominação sobre os mais pobres.

O surgimento das políticas sociais ocorre ao bel-prazer das elites. Assim como em outras regiões do mundo, o aparecimento das políticas sociais dá-se de forma fragmentada e desorganizada. Abaixo constam algumas ações que marcaram o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil.

Tabela 1. Princípio das políticas sociais no Brasil

| | |
|------|--|
| 1888 | Criação de uma Caixa de Socorro para a burocracia pública. |
| 1889 | Os funcionários da imprensa nacional e os ferroviários conquistam o direito a pensão e 15 dias de férias. |
| 1891 | Primeira legislação para assistência à infância no Brasil, regulação do trabalho infantil que jamais foi cumprida. |
| 1892 | Funcionários da marinha adquirem o direito a pensão. |

Fonte: Behring; Boschetti, 2011: 79-80.

Como pode ser visto no quadro acima, apenas algumas e estratégicas profissões foram beneficiadas pelo início da estruturação das políticas sociais em nosso país. As autoras relatam ainda que na passagem do século XX, novas ideias chegavam ao país por intermédio dos imigrantes, que traziam consigo os ideais dos movimentos anarquistas e socialistas, determinantes para a criação dos primeiros sindicatos nos setores da agricultura e indústrias rurais a partir de 1903.

Mais tarde, os trabalhadores urbanos aderiram aos sindicatos (em 1907). Este novo componente em solos brasileiros balizou as lutas por direitos, tanto que em 1911 conseguiu-se legalmente a redução das jornadas de trabalho para 12 horas, o que infelizmente não foi cumprido.

Além desses ganhos de algumas categorias, as autoras pontuam que é fundamental para entender o formato das políticas social brasileira, uma lei denominada de Eloy Chaves (de 1923), que institui a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão – CAPs, mais uma vez para poucas categorias. “As CAPs foram as formas originárias da previdência social brasileira, junto com os institutos de aposentadoria e pensão (IAPs)” (BEHRING; BOSCHTTI, 2011, p. 80). Além desses avanços, em 1927 foi aprovado o Código de Menores, com caráter punitivo, que só seria revisto em 1990, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Dando seguimento à nossa análise sobre o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil, veremos como as políticas sociais foram implementadas nos governos de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e nos governos ditatoriais militares. Veremos como ocorria a correlação de forças no Estado brasileiro.

Como dito anteriormente, o Brasil possuía um caráter essencialmente agroexportador. As elites do café também possuíam uma dominação sobre a política, o que deixava descontentes as outras oligarquias que também almejavam uma posição de domínio na política brasileira. A crise de 1929, que abalou a monocultura do café, foi o momento ideal para uma quartelada liderada por Getúlio Vargas e por militares. Desse modo, a hegemonia do café foi dissipada e a ditadura do Estado Novo começa.

O primeiro mandato do governo de Getúlio Vargas foi de 1930 a 1945; o segundo, de 1951 a 1954. Getúlio foi responsável por diversas mudanças em nosso

país. “Os primeiros sete anos foram marcados por uma forte disputa de hegemonia e da direção do processo de modernização” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 105). Segundo as autoras, existia uma expectativa de alavancar economicamente as elites agrária e industrial do país, enquanto o movimento operário vezes foi reprimido contundentemente pelo Estado. Em outros momentos, suas pautas eram cooptadas pelo governo como uma forma de harmonizar a relação entre as classes sociais.

Entre repressão e regulamentação, deu-se a introdução das políticas sociais no período Vargas, porém com dimensões de cobertura reduzidas e com direitos pontuais e focalizados.

Abaixo, as políticas sociais surgidas no Estado Novo.

Tabela 2. As políticas sociais no governo Vargas

| | |
|------|--|
| 1930 | Foi criado o Ministério do Trabalho, da Educação e Saúde Pública, o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial; os IAPs se expandem. |
| 1932 | A Carteira de Trabalho torna-se documento de cidadania, e quem a possui registrada tem alguns direitos garantidos. |
| 1941 | Serviço de Assistência ao Menor (SAM). |
| 1942 | Criação da Legião Brasileira de Assistência para atender as famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Essa instituição era comandada pela primeira-dama, Sra. Darci Vargas. |
| 1943 | Consolidação das Leis Trabalhistas. |

Fonte: Behring; Boschetti, 2011: 106-7-8.

Mais uma vez, as políticas sociais seguiram a tendência de alcançar alguns segmentos de trabalhadores, deixando de fora boa parte da população brasileira. As

políticas sociais da época eram restritas e pontuais, com um caráter totalmente assistencialista, muitas das vezes construindo uma cultura de benesses do Estado para com a população. Assim, “[...] o Brasil acompanha as tendências internacionais de incremento da intervenção do Estado diante das expressões da questão social, mas com características muito particulares” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 108).

Passada a era Vargas, o período entre 1946 e 1964 foi marcado por embates e disputas, com “intensas turbulências econômicas, políticas e sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 109). O Brasil tornou-se mais urbanizado com uma indústria de base significativa e uma organização sindical mais madura. No entanto, essas disputas refletiram na continuidade de evolução das políticas sociais; “esse período ficou marcado pela expansão lenta dos direitos, que se mantiveram ainda no formato corporativista e fragmentado da era Vargas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 110).

Abordaremos agora as políticas sociais durante o período de ditadura militar, momento esse marcado por “[...] perda das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 136). Ainda segundo as autoras, a ditadura se utilizou da ampliação das políticas sociais para se legitimar.

Tabela 3. As políticas sociais no período ditatorial

| | |
|------|--|
| 1966 | Retira os trabalhadores da gestão da previdência social, que passa ser tratada de uma forma técnica. |
| 1967 | O INPS passa a gerir os casos de acidentes de trabalho. |
| 1971 | A previdência foi ampliada, contemplando os trabalhadores rurais, com um caráter mais redistributivo, o denominado Funrural. |
| 1972 | As empregadas domésticas também entraram na cobertura da previdência. |
| 1973 | Foi a vez de jogadores de futebol e autônomos adentrarem a previdência social. |

| | |
|------|---|
| 1974 | Uma renda vitalícia é atribuída aos idosos pobres que tivessem contribuído ao menos por um ano para a previdência. É criado o Ministério da Previdência e Assistência Social. |
| 1978 | A previdência social incorporou os ambulantes. |

Fonte: Behring; Boschetti, 2011: 136.

Essas foram algumas das ações desenvolvidas por governos ditatoriais, mais uma vez sem uma cobertura ampla que atendesse minimamente o povo brasileiro. Behring e Boschetti (2011) fazem uma análise deste período no qual o legado que a ditadura deixou foi a inclusão de novas políticas públicas que até então não tiveram muita visibilidade em governos anteriores, a exemplo da saúde, sobretudo abrindo espaço para o setor privado.

Contudo, no mesmo passo em que se impulsionavam políticas públicas mesmo restritas quanto ao acesso, como estratégia de busca de legitimidade, a ditadura militar abria espaços para a saúde, a previdência e a educação privada, configurando um sistema dual de acesso às políticas sociais: para quem pode e para quem não pode pagar. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 137).

Dessa maneira, as políticas sociais iam se consolidando sob essa forma dual de adesão aos direitos sociais. Com o fim da ditadura militar, uma nova disputa pela hegemonia do Estado começava a ser desenhada, agora com um novo fator: a introdução do neoliberalismo no Brasil.

Com esse breve resgate de como as políticas sociais se estruturaram nos países centrais e no Brasil, podemos aferir o impacto das políticas sociais para os trabalhadores. Um ponto a ser salientado é que quem mais se beneficiou foi e é o capital. Agora veremos a relação do neoliberalismo com as políticas sociais, e como este modelo econômico atinge diretamente as políticas sociais, atribuindo a crise aos gastos sociais efetuados pelo Estado.

Para “salvar” o Estado e continuar com a expansão do capital, diversas medidas se fazem necessárias; uma delas é a diminuição do Estado para a área social, sob a influência do ideário neoliberal.

A ascensão do capital chega ao seu fim e, portanto, suas concessões ao trabalho também alcançaram um limite. Assim, “inicia-se a implementação de programas de austeridade de natureza deflacionista, os chamados ajustes estruturais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 116), ajustes esses para assegurar o movimento de ganho do capital, sobrecarregando ainda mais o trabalhador.

Se os “anos de ouro” comportaram algumas reformas democráticas, o que inclui os direitos sociais, viabilizados pelas políticas sociais, o período que se abre é contrarreformista, desestruturando as conquistas do período anterior, em especial os direitos sociais. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 124).

As benesses do capital duraram pouco e ficaram restritas aos países ricos, já que os países periféricos nunca vivenciaram esse período de “ouro”. As autoras apontam o crescimento do desemprego com aplicação do neoliberalismo em consequência da reestruturação produtiva, e também a diminuição nos gastos públicos, em especial os de proteção social, o que aumentou ainda mais o fosso das desigualdades entre as classes sociais.

Analisaremos parte de uma tabela de Murard (1993) que Behring e Boschetti utilizaram em sua obra para termos a dimensão dos ataques neoliberais às políticas sociais.

Tabela 4. A proteção social na Europa

| | 1970 | 1980 | 1983 | 1989 |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| França | 18,9 | 25,4 | 28,3 | 28,0 |
| Alemanha | 21,5 | 28,7 | 28,8 | 27,3 |
| Dinamarca | 19,6 | 28,7 | 30,1 | 29,6 |
| Itália | 14,4 | 19,4 | 22,9 | 23,2 |
| Países Baixos | 19,6 | 30,4 | 33,8 | 30,2 |
| Reino Unido | 14,3 | 21,5 | 23,9 | 20,6 |

Fonte: Behring; Boschetti, 2011: 131. Tabela adaptada.

A diminuição nos gastos sociais prosseguiu na década de 1990 e no início do século XXI. As autoras trazem dados não só da Europa, como de países da América

do Norte, demonstrando que as ideias neoliberais continuavam a punir os trabalhadores e as pessoas à margem da sociedade.

O estudo de Magalhães (2005:86), também com os dados da OCDE, mostra que a média de gastos sociais nos países da OCDE caiu de 22,55% do PIB em 1995 para 21,87% em 2001. A redução nesses anos nos EUA foi de 15,45% do PIB em 1995 para 14,78% em 2001; no Canadá, de 19,62% para 17,81%; na Alemanha, de 27,39% para 27,39%; na França, de 29,24% para 28,45%; na Bélgica, de 28,07% para 27,23%; na Suécia, de 32,96% para 28,92%, e na Dinamarca, de 32,40% para 29,22%. (MAGALHÃES apud BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 132).

Como pode ser observado nos dados acima, até países que servem de exemplo para outros em relação aos problemas sociais não deixaram de ser atacados pelo capital nesta interminável busca por acumulação.

O século XXI se inicia com transformações profundas nas políticas sociais nos países capitalistas centrais. Se não se pode falar em desmantelamento, é inegável que a reestruturação em curso segue na direção de sua restrição, seletividade e focalização; em outras palavras, rompem com os compromissos e consenso do pós-guerra, que permitiram a expansão do *Welfare State*. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 134).

O neoliberalismo com todo seu arcabouço econômico-político e ideológico torna-se a nova alternativa de salvação do capital, dando por encerrados “os anos de ouro” de concessão para com o trabalho. Se até os países capitalistas centrais sentiram o impacto desta ideologia, sem dúvida que a pressão em países periféricos é bem mais intensa.

Agora verificaremos como este movimento se deu no Brasil. O país não fugiu à regra dos ataques neoliberais, voltados para as políticas sociais. A entrada do neoliberalismo representou um ataque ferrenho às políticas sociais que estavam sendo estruturadas, que ainda não atingiam uma parcela significativa da população.

A Constituição de 1988 representou um movimento de dualidade desse período. Dois projetos de sociedade estavam na ordem do dia: uma que atendia a elite e outro de cunho popular. Segundo Behring e Boschetti (2011), a concretização da Constituição não foi o ideal para nenhum dos lados. Ela visava à construção de um Estado social nos moldes da social-democracia com um atraso de quarenta anos. Ademais, o Brasil não dispunha de base material para a realização desse Estado social e o capital estava em movimento de declínio.

Como já observado, o neoliberalismo adentrou em nosso país no governo Collor em 1992 e se concretizou nos demais governos. Nenhum governo até os dias

atuais abandonou o ideário neoliberal traçado para os países pobres. As políticas sociais sofrem de maneiras distintas em cada governo, numa contínua contrarreforma do Estado.

Os anos de 1990 até os dias atuais de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas por meio da expansão do desemprego e da violência. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 147).

As camadas populares tiveram de enfrentar e resistir aos ataques a direitos duramente conquistados. Um ponto bastante relevante que as autoras trazem em relação à contrarreforma diz respeito à transferência de responsabilidades de execução sob as áreas sociais para o programa de publicização. Este programa consiste na “produção não lucrativa, pela sociedade, de bens ou serviços públicos não exclusivos de Estado” (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1998, p. 6).

Segundo o documento (1998) do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, há:

- NÚCLEO ESTRATÉGICO, que corresponde aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao Poder Executivo. Trata-se do governo, em sentido amplo. É no núcleo estratégico que as leis e as políticas públicas são definidas e seu cumprimento é cobrado. É, portanto, o setor onde as decisões estratégicas são tomadas.
- ATIVIDADES EXCLUSIVAS, setor no qual são prestados serviços que só o Estado pode realizar, ou seja, aqueles em que se exerce o poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar.
- SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS correspondem ao setor onde o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não estatais e privadas. As instituições desse setor não possuem o poder de Estado, mas este se faz presente porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde, ou porque possuem economias externas relevantes, à medida que produzem ganhos que não podem ser apropriados por esses serviços pela via do mercado. São exemplos desse setor as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus.
- PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA O MERCADO corresponde à área de atuação das empresas estatais do segmento produtivo ou do mercado financeiro. É caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro que ainda permanecem no aparelho do Estado, como, por exemplo, as do setor de infraestrutura (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado). (1998, p. 9).

Assim, o governo indica qual setor deve passar para o controle externo do Estado, embora continue sob a sua tutela. O setor de serviços não exclusivos passa a ser gerido pelo terceiro setor, que recebe o aval do governo para isso. De acordo com o documento, o intuito dessa transferência é “aumentar a eficiência e a

qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão cliente a um custo menor” (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1998, p. 12). Essas estratégias do governo em repassar áreas das políticas públicas para o terceiro setor não atingiu os resultados almejados.

A “reforma”, tal como foi conduzida, acabou tendo um impacto pífio em termos de aumentar a capacidade de implementação eficiente de políticas públicas, considerando sua relação com a política econômica e o *boom* da dívida pública. Houve uma forte tendência de desresponsabilização pela política social – em nome da qual se faria a “reforma” – acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 155, grifos do autor).

Constata-se que o Estado sempre prioriza sua economia em detrimento do bem-estar da maioria dos cidadãos. “O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2018, p. 2). Por isso, a análise marxista é imprescindível.

A submissão do Brasil às imposições dos países desenvolvidos, para que o país siga o receituário neoliberal, vem acarretando sérios problemas econômicos e sociais. Soares (2002) assevera que alguns organismos internacionais como Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde e Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância- Unicef consideram que o agravamento da pobreza não se dá apenas por conta da crise, mas sobretudo pelos ajustes neoliberais, sobrecarregando os mais pobres. Com esse agravamento, a busca por políticas sociais aumenta.

No entanto, à medida que a demanda por políticas sociais aumenta, os cortes orçamentários para políticas também crescem, reforçando o caráter predatório da política neoliberal para com as políticas sociais. Soares (2002) ressalta que esse movimento se torna um círculo vicioso, com um retrocesso evidente das poucas políticas sociais mais bem estruturadas no Brasil, a exemplo da seguridade social.

Behring e Boschetti (2011) apontam que a adesão ao neoliberalismo no Brasil foi tardia; o país não seguiu a tendência mundial de início, e as consequências das políticas sociais também tardaram a acontecer. No governo FHC, os ataques neoliberais foram intensamente executados, o que pode ser confirmado no *site* do Senado que contém um levantamento das emendas e modificações que a Constituição de 1988 vem sofrendo. Em um único ano, 1995, foram aprovadas cinco emendas, todas concernentes a um pacote de privatizações.

Desde que a Constituição foi aprovada em 1988, ela já sofreu mais de cem emendas, boa parte com retirada ou limitações de direitos que foram obtidos com muita luta. Governos de direita ou de esquerda executaram com maestria a receita neoliberal destinada aos países da América Latina, entre eles o Brasil.

Como vimos nesta exposição, o neoliberalismo foi uma estratégia criada pelo capital para conter os efeitos da crise estrutural, com vistas a garantir seu processo de acumulação e expansão. Desde a sua origem, sua função é viabilizar o capital, retirando dos trabalhadores os direitos sociais, nos países centrais aos países latino-americanos, a exemplo do Brasil.

Os impactos do neoliberalismo com suas medidas de privatização do setor público e dos serviços ofertados à população, mediante a retirada dos direitos sociais, recaem com maior intensidade nos países periféricos, pela sua própria condição de serem dependentes dos países centrais e de conterem números alarmantes de pobreza, desemprego, violência e outras expressões da “questão social”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar na sistematização deste TCC e de que maneira daríamos andamento à nossa pesquisa com o objeto de estudo escolhido, foi necessário investigarmos algumas categoriais fundamentais para o seu percurso. Pensar a gênese das políticas sociais e seus impactos no interior da crise estrutural do capital; pensar também sobre o surgimento do neoliberalismo e sua implementação no Brasil; pensar sobre as políticas sociais após o advento do neoliberalismo etc. foram alguns pontos indispensáveis para a construção desta narrativa histórica, começando por uma reflexão minuciosa sobre a origem do capital e alguns aparatos que foram necessários para seu desenvolvimento.

Um ponto importante que foi levantado ao longo deste estudo foi a distinção entre capital e capitalismo. Constatamos que o capital precede o capitalismo, pois o primeiro já era encontrado em modos de produções anteriores e seu processo de crescimento é cumulativo. O capital não é dinheiro, maquinaria, terra ou pessoas; isso é apenas a expressão do capital. Capital são as relações sociais que necessitam de meios para alcançar a expansão em seu processo de desenvolvimento.

Já o capitalismo é um modo de produção, um sistema baseado na produção de troca, cujo objetivo é o lucro. Sua estrutura é fundamentada na apropriação da mais-valia pelos capitalistas em detrimento dos trabalhadores e está sempre em busca de novos mercados. A estrutura do capitalismo ofereceu subsídios para a expansão e a dominação do capital nos moldes que conhecemos hoje.

Outro aspecto fundamental que observamos em relação ao capitalismo é a existência das crises; sejam elas cíclicas ou estruturais, são intrínsecas a esse modo de produção. Em relação às crises cíclicas, elas apresentavam um movimento e obedecem a um ciclo: crise, depressão, retomada e o auge (*boom*). As crises cíclicas aconteciam num determinado período e ao longo dos anos foi se tornando cada vez menor o espaço de tempo entre elas.

Além das crises cíclicas, verificamos também a existência da crise estrutural do capital. Ela surge em 1970, porém já vinha se constituindo há algum tempo, com características que a diferenciam das crises anteriores. Ela afeta todas as partes constituintes do capital (produção, consumo e circulação/distribuição/realização);

tem um caráter universal, global; um tempo extenso e um estilo rastejante. A crise estrutural põe em risco não só todo seu complexo, como a existência humana. O principal fator da existência tanto das crises cíclicas como da estrutural é a inconciliável relação capital x trabalho.

Em decorrência da crise estrutural, o sistema engendrou mais uma maneira de salvar o capital para perseverar em seu processo de acumulação e expansão. O neoliberalismo surgiu durante o *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), porém só foi efetivado em razão da crise estrutural do capital. Este modelo econômico fazia dura crítica ao Estado intervencionista, considerando-o prejudicial à economia e que os direitos “conquistados” pelos trabalhadores diminuía os lucros dos capitalistas. O neoliberalismo advoga a diminuição do Estado na área social.

Ele não ficou restrito aos países da Europa ou aos Estados Unidos; alastrou-se por toda a América Latina. Trata-se de um modelo econômico que considera o mercado como regulador da sociedade. O Brasil aderiu a este modelo econômico numa fase de uma recente redemocratização, em que se verificava a disputa de dois projetos societários distintos, visando atender à elite e aos trabalhadores.

A inserção do Brasil no neoliberalismo se deu no governo de Fernando Collor de Mello, representante dos capitalistas. No entanto, seu mandato foi curto, devido ao seu processo de *impeachment*. O próximo representante dos capitalistas foi Fernando Henrique Cardoso – FHC, que implementou o pacote neoliberal. Daí resultou um sem-número de privatizações e o aprofundamento do caos social.

Em 2002 foi empossado como presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, candidato da esquerda e dos trabalhadores. Apesar de ter assumido o compromisso com a classe trabalhadora, deu continuidade ao neoliberalismo, aplicando reformas que os governos de direita não conseguiram efetivar.

A investigação dos impactos do neoliberalismo sobre as políticas sociais se tornou indispensável, sendo um dos núcleos centrais da nossa pesquisa. No decorrer do debate verificamos a origem das políticas sociais não só em nosso país, como no mundo.

Outro ponto abordado foi a estruturação das políticas sociais com as refrações da “questão social”, que será determinante para todo o seu processo de desenvolvimento. Constatamos que as políticas sociais nesta sociedade se situam no campo da reprodução social, visando à extração da mais-valia no núcleo de

produção. Observamos que as políticas sociais servem ao capital, na medida em que possam garantir seu processo de acumulação e expansão.

Verificamos ainda que as sociedades pós-capitalistas tiveram sua participação para que as políticas sociais, de fato, fossem sistematizadas e implementadas. Os capitalistas não admitiam que, dado o avanço das políticas sociais no mundo com a criação do *Welfare State*, estas sociedades que serviam de exemplo para o mundo deixassem de proporcionar melhorias na qualidade de vida da população. Enfatizamos que essa concessão do capital para com o trabalho está diretamente ligada à sua fase próspera, ou seja, a criação do *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social). Para isso se concretizar foi necessária uma aliança entre Estado, capital e trabalho, e cada um desses elementos teve um papel a desempenhar na construção do referido Estado.

Destacamos as políticas sociais em solo brasileiro, notoriamente influenciadas por ideias advindas do *Welfare State*. No entanto, particularidades encontradas aqui contribuíram para a configuração das políticas sociais brasileiras.

Na passagem do século XIX para o século XX, os imigrantes que aqui chegavam traziam consigo ideais do anarquismo e do socialismo que influenciaram a criação dos primeiros sindicatos. O início das políticas sociais no Brasil não foi diferente de em outros lugares no mundo. As primeiras categorias a serem beneficiadas tinham certa relevância para a economia do país. As CAPs e o IAP foram o princípio do que conhecemos hoje como previdência social.

No governo Vargas, as políticas sociais foram marcadas por repressão e regulamentação; suas ações atendiam a poucas categorias. Já no período da ditadura militar, as políticas sociais continuaram a se expandir, embora servissem para legitimar o governo e obter a adesão da população. Outro legado desse período foi a forma dual de acesso às políticas públicas, beneficiando o setor privado como forma de garantir a exploração da classe trabalhadora.

O impacto do neoliberalismo nas políticas sociais dos países centrais foi contundente. Mesmo países que tinham leis estruturadas devido ao Estado de Bem-Estar Social sofreram com medidas de austeridade e economias praticamente estagnadas. A ação do capital no período da crise estrutural do capital foi deletéria para a classe trabalhadora.

Nesse processo de investigação, buscamos refletir sobre as políticas sociais brasileiras no contexto de neoliberalismo. Durante os governos anteriores a Getúlio Vargas até o período ditatorial de 1964, as políticas sociais tinham um caráter assistencialista e criaram uma cultura de benesses para que seus nichos eleitorais permanecessem fortes.

Só a partir de 1988, com a promulgação da Constituição da República, a chamada Constituição Cidadã, inspirada no modelo de Estado de Bem-Estar Social, é que as políticas sociais foram qualificadas como direito do cidadão e dever do Estado. Contudo, em 1992, com a chegada do neoliberalismo no Brasil e com o discurso de que Estado estava endividado, sem condições de arcar com gastos sociais, as políticas sociais sofreram uma redução muito significativa, resultando na retirada dos direitos sociais anteriormente garantidos.

Observamos também que os primeiros passos seguindo o receituário neoliberal no Brasil se deram durante o governo Fernando Collor e foram seguidos por Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Durante esses governos, as políticas sociais sofreram os maiores ataques em termos da retirada dos direitos sociais. No entanto, os governos petistas propiciaram algumas melhorias nas políticas sociais, com seus programas e projetos sociais, porém sem alterar os ganhos do capital, até porque essa não é a função das políticas sociais.

O objetivo deste trabalho foi traçar uma linha histórica do capital, demonstrando como ele ultrapassou todas as barreiras que lhe foram impostas e como ele foi capaz de manter sua essência em diversos modos de produção, permanecendo vivo e pulsante até nas sociedades pós-capitalistas. Além disso, em meio a avanços e recuos, as políticas sociais foram mais um objeto do capital para dar continuidade ao seu processo de acumulação e expansão em busca do lucro, exercendo seu domínio e penalizando os trabalhadores.

Nesse contexto, a obrigação da nossa profissão, juntamente com outros segmentos da sociedade, é lutar pela expansão e pela consolidação das políticas sociais e dos direitos sociais. No campo da política é o máximo que podemos alcançar no interior do capitalismo. Porém, não basta lutar contra o capitalismo; nossa luta maior deve ser contra o capital e todos seus aparatos que viabilizam seu

processo de produção e reprodução nesta sociedade, para que finalmente possamos usufruir todas as nossas potencialidades humanas.

5 REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço Neoliberal. In SADER, Emir e GENTIL, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC, Lula)**. Ricardo Antunes. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história** / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boschetti. – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

HUBERMAN, Leo. **Historia da Riqueza do Homem**. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul de Campos. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho – 19. ed. São Paulo: Cortez [Lima, Peru]: Celatz, 2006.

MARX, Karl, 1818-1883. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia/Karl Marx; supervisão editorial Mario Duayer, Nélcio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman)** – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”**. In: Ivo Tonet. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, Tomo 1**. São Paulo, Nova Cultura Ltda., 1996.

_____. **O Capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, Tomo 2**. São Paulo, Nova Cultura Ltda., 1996.

MARX, Karl, FRIEDRICH, Engels **Manifesto do Partido Comunista**. Karl Marx; Friedrich Engels. 1. ed. São Paulo: Lafont, 2018.

MELO, Edivânia. **Reflexões em Tempos de Crise**: trabalho, política, movimentos sociais, serviço social. Norma Alcântara, Reivan Souza, Silene de Moraes Freire (Orgs.) – Maceió: Edufal, 2015. 387p.

MELO, Marcelo Paula. **Governo Lula e a nova Face do Neoliberalismo no Brasil**. Revista Emancipação, 7(1): 177-200, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A Crise Estrutural do Capital. **Revista outubro**. 4. ed. 2000.

Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **A Reforma do Aparelho do Estado e a Constituição Brasileira**. 1995.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. José Paulo Netto e Marcelo Braz. – 8. ed.- São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção questões da nossa época; v. 20).

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **Mészáros e a incontrolabilidade do capital**. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012. 2. ed. 160 p.

PIMENTEL, Edlene. **Uma “Nova questão social”?** Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e de hoje. – São Paulo: Instituto Lukács, 2012. – 2. ed. rev. 167p.

SANTOS, Milena. **Estado, política social e controle do capital**. 1. ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. – São Paulo, Cortez, 2002. (coleção Questões da Nossa Época; v. 78).

